

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA
SEGUNDA VARA DA COMARCA DE AMPARO – ESTADO DE SÃO PAULO**

Processo nº 0000855-49.2019.8.26.0022

Incidente de Exibição de Documento ou Coisa

R4C ASSESSORIA EMPRESARIAL, Administradora Judicial, nomeada nos autos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** de **CASP S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue.

Em atendimento ao cronograma de acompanhamento de funcionamento da empresa Recuperanda informa este Auxiliar do Juízo que procedeu, na data de 23 de setembro de 2019, a nova visita não agendada à sede da Recuperanda, com a finalidade de verificar a continuidade – não só do funcionamento da mesma – mas também do nível operacional já verificado previamente.

Com base no presente Relatório Fotográfico, pôde-se constatar que a Recuperanda não apresentou - ao menos sob o prisma visual - alteração em sua operação, mantendo-se inalterada a percepção de escorreito funcionamento.

Além da apresentação do relatório fotográfico supra referido, esta Administradora Judicial vem requerer a juntada aos autos, em conformidade com o artigo 22, inciso II, alínea “c” da Lei nº 11.101/05, do Relatório Mensal de Atividades (RMA) da Recuperanda relativo aos meses de junho e julho de 2019, e demais documentos atinentes ao mesmo período.

Ante o esclarecido, é a presente para, respeitosamente, requerer a juntada aos autos do Relatório Mensal de Atividades relativo a março de 2019, bem como, do Relatório Fotográfico de inspeção à sede da Recuperanda, realizado em 23 de setembro de 2019.

Termos em que

Pede deferimento

Campinas, 01 de outubro de 2019.

R4C Assessoria Empresarial Ltda

Maurício Dellova de Campos

RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES - RMA
CASP SA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Julho/2019

Sumário

1. Introdução	4
2. Da Periodicidade e Tempestividade da Apresentação dos Relatórios Mensais da Recuperanda	5
3. Visão geral da Recuperanda	7
3.1. Segmentos de atuação	7
3.2. Estrutura organizacional	8
4. Informações financeiras	10
4.1. Demonstração de Resultado do Exercício - DRE	10
4.1.1. Faturamento	10
4.1.2. Receita Líquida e Custo de Vendas	11
4.1.3. Despesas Operacionais	13
4.1.4. EBITDA	15
4.1.5. Despesas Financeiras	16
4.1.6. Resultado do Líquido	17
4.2. Análise dos dados constantes do Balanço Patrimonial	18
4.2.1. Caixa e Equivalentes	18
4.2.2. Estoques	20
4.2.3. Contas a Receber	21
4.2.4. Adiantamentos a Terceiros	22
4.2.5. Créditos Tributários	23
4.2.6. Imobilizado	24
4.2.7. Fornecedores	25
4.2.8. Salários e Encargos	26
4.2.9. Adiantamentos de Terceiros	27
4.2.10. Tributos a Recolher	28
4.2.11. Tributos Diferidos a Longo Prazo	30
4.2.12. Empréstimos e Financiamentos	30
4.2.13. Provisões Para Demandas Judiciais	32
5. Acompanhamento processual	32
6. Anexos	33
Alterações propostas pela Auditoria	34
Caixa e Equivalentes	34
Estoques	35
Clientes no País e Exterior	35
Impostos a Recuperar	36
Empréstimos e Financiamentos	37
Fornecedores	37
Obrigações Trabalhistas	38
Obrigações Tributárias	39
Adiantamentos Recebidos de Terceiros	40
Provisões Para Demandas Judiciais	40

Glossário

Casp	CASP SA Indústria e Comércio
CMV	Custo da Mercadoria Vendida
CPV	Custo do Produto Vendido
CSP	Custo do Serviço Vendido
DRE	Demonstrativo de Resultado do Exercício
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
LAIR	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social
ROL	Receita Operacional Líquida
Stakeholders	(Em português: partes interessadas ou interveniente). À Recuperanda que tem como objetivo e essência possuir uma estrutura estável e duradoura deve atender, simultaneamente, as necessidades de todas as suas partes interessadas, que compreendem: Acionistas; Donos; Investidores; Sub-administradores da empresa; Empregados; Fornecedores; Sindicatos; Associações empresariais, revolucionais ou profissionais; Comunidades; Governos; ONGs; Concorrentes; Imprensa; e Consumidores
SELIC	Define-se Taxa Selic como a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais. Para fins de cálculo da taxa, são considerados os financiamentos diários relativos às operações registradas e liquidadas no próprio Selic e em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação (art. 1º da Circular nº 2.900, de 24 de junho de 1999, com a alteração introduzida pelo art. 1º da Circular nº 3.119, de 18 de abril de 2002).

CASP SA

1. Introdução

O trabalho do Administrador Judicial, como auxiliar do juízo e da comunidade de credores, tem por escopo, dentre outros elementos, oferecer alguns subsídios acerca das operações e da atividade da Recuperanda.

Essa atividade é desempenhada a partir de procedimentos analíticos e discussões com os representantes legais e administradores dessas empresas. A responsabilidade por tais informações é exclusivamente imputável às empresas e à eventual auditoria independente por elas contratada, habilitada a expressar opinião sobre as mesmas a cada ano.

Dessa forma, o objetivo deste relatório é informar ao juízo, aos credores e demais interessados no processo, a situação financeira atual geral das Recuperandas, o andamento de diversos empreendimentos e do processo de Recuperação Judicial, destacando que os relatórios de atividades trarão atualizações necessárias e outras informações relevantes. As informações apresentadas são de única e exclusiva responsabilidade das recuperandas, não sendo estas factíveis de verificação ou validação, mediante auditoria, pela Administradora Judicial.¹

Caso sejam necessários esclarecimentos acerca das informações contidas no relatório ou outras informações adicionais, serão encaminhados questionamentos e

¹ Vale ressaltar ainda que todas as informações disponibilizadas são de única e exclusiva responsabilidade das Recuperandas, não sendo estas factíveis de verificação pela Administradora Judicial. Confiamos, portanto, na qualidade, completude, rigorosidade e precisão de tais informações. Neste contexto, o presente Relatório não será responsável por perdas indiretas, diretas ou alteração nos lucros que sejam decorrentes do uso deste.

pedidos de esclarecimentos às empresas, de forma a garantir a eficácia dos dados e a possibilidade de contextualização, quando necessário.

O atual relatório retrata exclusivamente as informações disponibilizadas, pela recuperanda, referente ao período de janeiro a julho de 2019.

2. Da Periodicidade e Tempestividade da Apresentação dos Relatórios Mensais da Recuperanda

A Casp vem fornecendo seus relatórios mensais com periodicidade, no entanto, paralelamente ao quanto disposto na lei 11.101/05, submetemos ao prudente arbítrio deste r. juízo os seguintes esclarecimentos acerca da dinâmica temporal do processo de elaboração dos relatórios mensais que acometem esta Administradora Judicial. Pois bem:

- A periodicidade do relatório é mensal, compreendendo período que vai do dia 1º ao dia 30/31º de cada mês;
- Após o encerramento do mês corrente, a empresa precisa executar as tarefas de fechamento mensal, tais como:
 - Efetuar o lançamento de todos os documentos (notas-fiscais de entrada e saída etc.) referentes ao mês em questão;
 - Calcular o novo custo-médio do estoque;
 - Efetuar todas as baixas de títulos necessária no módulo financeiro;
 - Efetuar a conciliação bancária;

- Efetuar as devidas apurações fiscais;
- Entre várias outras tarefas necessárias a esse processo;
- Executar o processo de encerramento de mês e emitir o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Para a execução do acima exposto e envio de documentos pela recuperanda à Administradora Judicial sem tumulto processual – *sob censura de Vossa Excelência* – o prazo razoável é de 40 (quarenta) dias corridos a contar do último dia útil do mês a ser reportado. O prazo aqui sugerido e até aqui praticado vem sendo calculado levando em consideração a dificuldade que as empresas, principalmente as de médio porte têm em efetuar o fechamento da contabilidade.

Ao receber a documentação encaminhada pela recuperanda, este Administrador Judicial analisa o material recebido, não com o intuito primeiro de auditoria pura, mas buscando entender se a empresa realmente apresenta reais indicativos de recuperação e soerguimento.

Num segundo momento, a análise procura identificar eventuais desconformidades econômico-contábeis. Durante esta análise, geralmente são enviadas à recuperanda solicitações de esclarecimentos que antecedem a conclusão do relatório a ser apresentado nos autos.

Diante do até aqui exposto, o relatório referente aos exercícios dos meses de janeiro a maio de 2019 se sujeitaria, sob censura deste Juiz, à seguinte linha do tempo:

- 01/05/2019 a 31/05/2019: Mês a ser analisado;

- 01/06/2019 a 30/06/2019: Fechamento contábil por parte da recuperanda;
- 10/07/2019: Prazo final para recebimento das informações;
- 10/08/2019: Prazo final para protocolo do RMA referente ao mês de maio/2019.

Como pode ser observado, a Casp está adiantada em suas obrigações perante o Processo de Recuperação Judicial e já efetuou o fechamento contábil referente ao exercício de maio, sendo este reportado neste relatório.

3. Visão geral da Recuperanda

3.1. Segmentos de atuação

CASP SA Indústria e Comércio

- Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação
- Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios
- Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios
- Instalação de máquinas e equipamentos industriais
- Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia

Estabelecimentos e Filiais

- Planta 1: Administração e Fábrica: Rua Sebastião Gonçalves Cruz, 477, Amparo, SP – Matriz
- Planta 2: Avenida Bernardino de Campos, 595, Amparo, SP – Filial

- Planta 3: Rodovia João Beira, SP95, S/N, Km 47, Amparo, SP – Filial
- Planta 4: Avenida Morangueira, 3173, Jardim Alvorada, Maringá, PR – Filial
- Planta 5: Rua Capitão Caldas, 02, Centro, Itaberaí, GO – Filial

3.1.1. Organograma Societário

Composição	Ações	%	CPF / CNPJ	Data Nascimento	Valor R\$
Anelise Marchini Marques	96	48,7%	074.762.528-02	21-02-1964	5.656.505,08
Ivany Cleide Marchini Marques (Espólio)	42	21,3%	045.837.608-68	21-11-1935	2.474.720,97
Denis Marchini Marques	22	11,2%	056.528.418-50	19-11-1962	1.296.282,41
Mauricio Marchini Marques	22	11,2%	055.231.638-56	05-11-1966	1.296.282,41
Família Marques	182	92,4%			10.723.790,87
Louders das L. Azevedo Silveira	2	1,0%	964.389.838-53		117.843,86
Maria Helena Azevedo Nogueira	2	1,0%	015.880.278-05		117.843,86
Balanin Vladimir	1	0,5%	061.202.708-25	25-01-1926	58.921,93
Demais Pessoas Físicas	5	2,5%			294.609,65
Lubing Maschinenfabrik LBG & Co.	4	2,0%	05.918.520/0001-00		235.687,71
Vencomatic B.V.	4	2,0%	05.707.752/0001-00		235.687,71
Gasolec	2	1,0%	08.396.424/0001-29		117.843,86
Pessoas Jurídicas	10	5,1%			589.219,28
TOTAL do Capital	197	100,0%			11.607.619,80

3.2. Estrutura organizacional

A partir dos esclarecimentos abaixo solicitados à recuperanda², a divergência encontrada se deve ao fato de os estagiários não serem informados no CAGED. De acordo com tais informações constatamos que o levantamento feito, ora diz respeito ao quadro de funcionários registrado na folha (referente aos meses de janeiro, abril e maio), ora ao informado ao CAGED (fevereiro e março). Neste sentido e, a partir deste relatório, divulgaremos o número de funcionários registrado na folha encaminhado mensalmente pela recuperanda – conforme tabela abaixo:

² Referente ao mês de abril/2019.

Período	Número de Funcionários	Demitidos	Rescisão	Total
Janeiro/2019	298	5	11	282
Fevereiro/2019	291	3	-	288
Março/2019	298	4	1	293
Abri/2019	297	3	-	294
Maio/2019	299	4	-	295
Junho/2019	296			296
Julho/2019	296			296

Em junho/2019, a recuperanda não apresentou alteração no quadro de funcionários.

Maio 2019: A partir das informações acima fornecidas pela recuperanda, verifica-se que a recuperanda apresentou aumento em seu quadro de funcionários no mês de maio/2019.

Período	Número de Funcionários
Janeiro/2019	298
Fevereiro/2019	276
Março/2019	290
Abri/2019	297
Maio/2019	299
Junho/2019	296
Julho/2019	296

Abril 2019: A recuperanda contratou sete funcionários no mês de abril de 2019, de acordo com documento encaminhado pela recuperanda. Solicitamos à recuperanda que esclareça a divergência encontrada entre a folha de pagamento e a

movimentação mensal do CAGED encaminhada a esta Administradora Judicial.

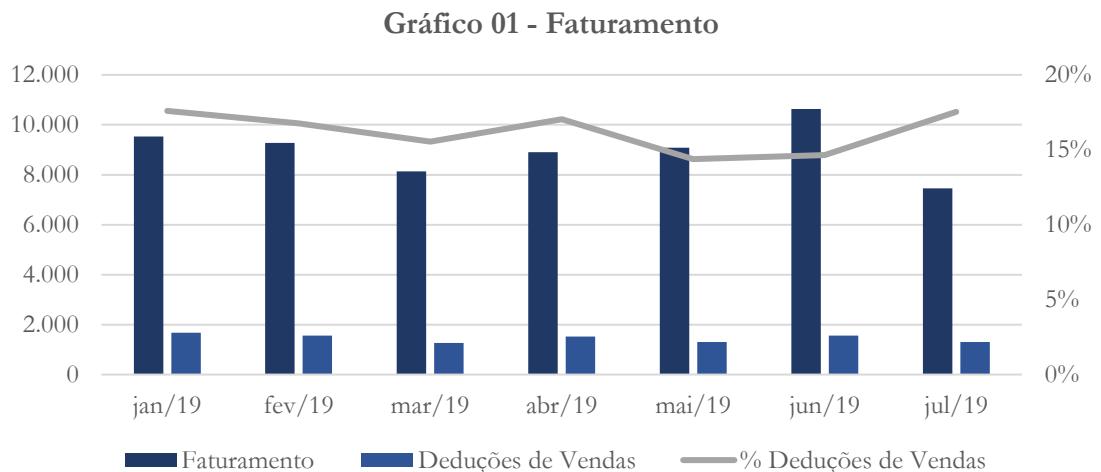
Março 2019: A recuperanda contratou quatorze funcionários no mês de março/2019, conforme relatório encaminhado à esta Administradora Judicial.

Fevereiro 2019: A partir dos documentos encaminhados pelo sócio e contador da recuperanda pode-se verificar que houve redução na estrutura organizacional, a qual estaremos acompanhando mês a mês.

4. Informações financeiras

4.1. Demonstração de Resultado do Exercício – DRE

4.1.1. Faturamento



Entre os meses de maio e junho/2019, a recuperanda registrou aumento de 17% no faturamento, com posterior diminuição de 30%. As deduções de vendas, que se mantiveram estáveis entre os meses de maio e junho/20019, apresentaram aumento de 3% em julho/2019, quando comparado ao mês anterior.

Maio 2019: A recuperanda registrou aumento de 2% no faturamento referente ao mês de maio/2019, quando comparado ao mês anterior, conforme gráfico acima.

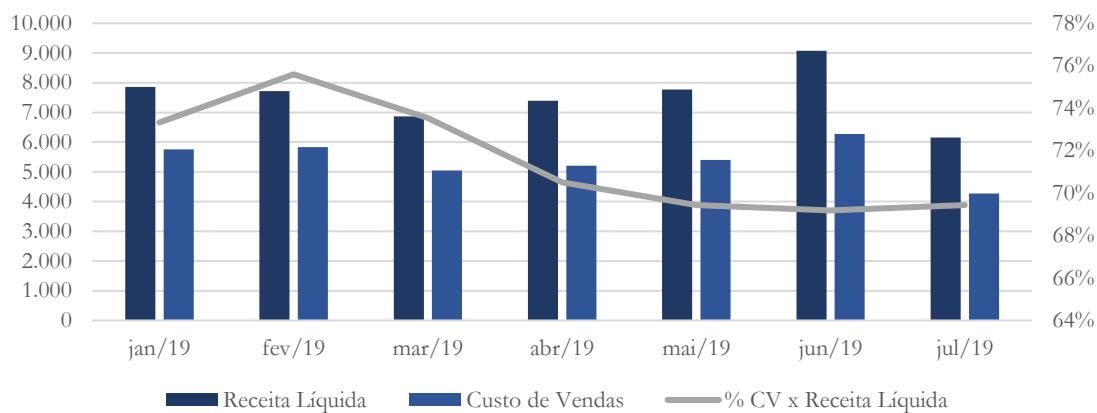
Abril 2019: O faturamento da recuperanda apresentou aumento de 10% no mês de abril/2019, quando comparado ao mês anterior, enquanto as deduções de vendas registraram aumento de 20% - no mesmo período em análise.

Março 2019: A recuperanda registrou diminuição de 12% no faturamento referente ao mês de março/2019, quando comparado ao mês anterior.

Fevereiro 2019: A recuperanda apresentou pequena variação (3%) no faturamento registrado no mês de fevereiro, quando comparado ao mês de janeiro/2019.

4.1.2. Receita Líquida e Custo de Vendas

Gráfico 02 - Receita Líquida e Custo de Vendas



Acompanhando o faturamento, a receita líquida registrou aumento de 17% entre os meses de maio e junho, com posterior diminuição de 32% entre os meses de junho e julho/2019. Em relação a conta custo de vendas verifica-se que este também apresentou variação proporcional – registrando aumento no mês de junho (16%) e diminuição de 32% em julho/2019.

Maio 2019: A receita líquida também apresentou aumento (5%) no último mês em análise, enquanto a conta custo de vendas registrou aumento de 4%, entre os meses de abril e maio/2019.

Abril 2019: Com a elevação das deduções de vendas, a receita líquida registrou aumento de 8% entre os meses de março e abril. Com relação a conta custos de vendas, esta demonstrou menor participação, com aumento 3% no mesmo período de análise.

Março 2019: Apesar da diminuição (11%) no saldo da receita líquida no último mês em análise, a recuperanda contabilizou

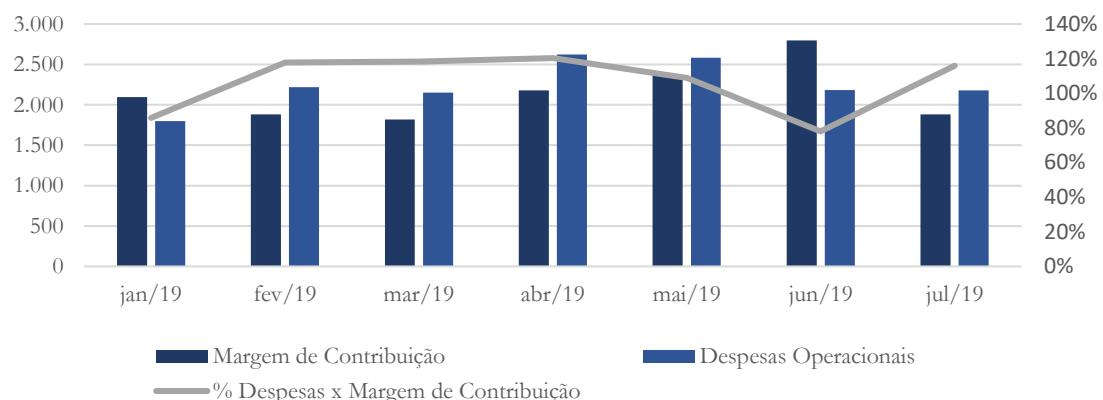
diminuição de 13% no custo de vendas – no mesmo período em análise.

Fevereiro 2019: A receita líquida da recuperanda manteve-se acima do custo de vendas – sendo que o custo de vendas representou aproximadamente 75% da receita líquida no mês de fevereiro/2019.

4.1.3. Despesas Operacionais

Margem de contribuição é a diferença entre a Receita Líquida e o Custo de Vendas devendo ser suficiente para cobrir as despesas operacionais da empresa, como folha de pagamento, despesas fixas, etc. e gerar o lucro esperado pelos investidores.

Gráfico 03 - Margem de Contribuição e Despesas Operacionais



A margem de contribuição registrou aumento de 18% entre os meses de maio e junho/2019, com posterior diminuição de 33% entre os meses de junho e julho/2019. Observando as despesas operacionais, verifica-se que estas registraram diminuição de 16% entre os meses de maio e junho/2019, mantendo-se estáveis no

último período em análise. Ainda cabe observar que a diminuição no faturamento referente ao mês de julho/2019 fez com que as despesas voltassem a superar a margem de contribuição.

Maio 2019: Enquanto as despesas operacionais registraram diminuição de 1% no mês de maio/2019, quando comparado ao mês anterior e, embora a margem de contribuição mantenha-se com saldo inferior as despesas, esta contabilizou aumento de 9% no mesmo período em análise, conforme gráfico acima.

Abril 2019: As despesas operacionais contabilizaram aumento de 22% no último mês em análise, quando comparado a março/2019 – onde a linha despesas administrativas apresentou a maior participação. No que diz respeito a margem de contribuição, apesar de registrar aumento de 20%, contabilizou saldo abaixo das despesas administrativas.

Março 2019: A recuperanda registrou diminuição (3%) na conta despesas operacionais no último mês em análise³, quando comparado a fevereiro/2019. No que diz respeito a margem de contribuição, esta ainda se apresenta insuficiente para suprir as despesas operacionais da empresa.

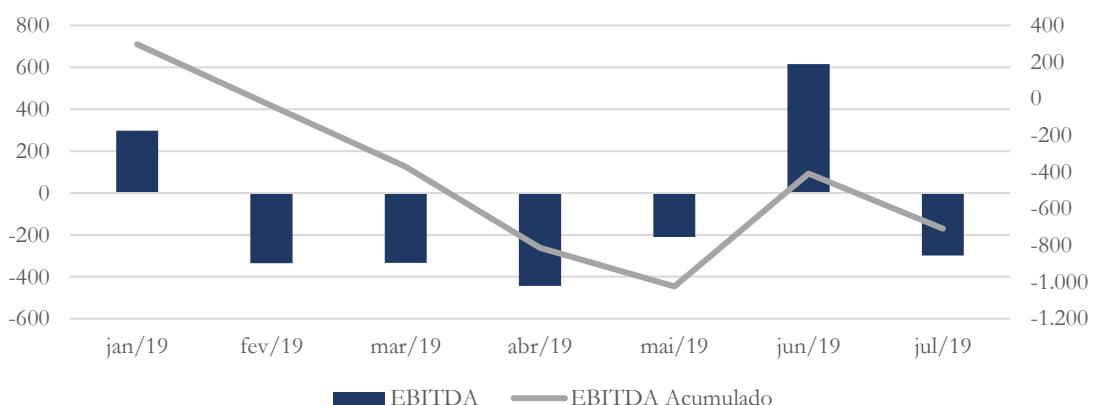
Fevereiro 2019: A recuperanda registrou aumento de 23% nas despesas operacionais no mês de fevereiro, quando comparado ao mês de janeiro.

³ De acordo com a recuperanda, no mês de fevereiro foi realizado um lançamento indevido, o qual foi corrigido no mês de março – proporcionando assim a redução contabilizada.

4.1.4. EBITDA

O EBITDA (Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortizations) é um índice utilizado para medir o resultado do negócio, sem considerar juros sobre capital de terceiros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortizações.

Gráfico 04 - Resultado Operacional (EBITDA)
 Mensal e Acumulado



O resultado operacional apresentou saldo positivo no mês junho/2019, voltando a registrar saldo negativo no último mês em análise – conforme gráfico acima.

Maio 2019: Refletindo o aumento registrado na margem de contribuição, o EBTIDA apresentou diminuição no saldo negativo, conforme gráfico acima.

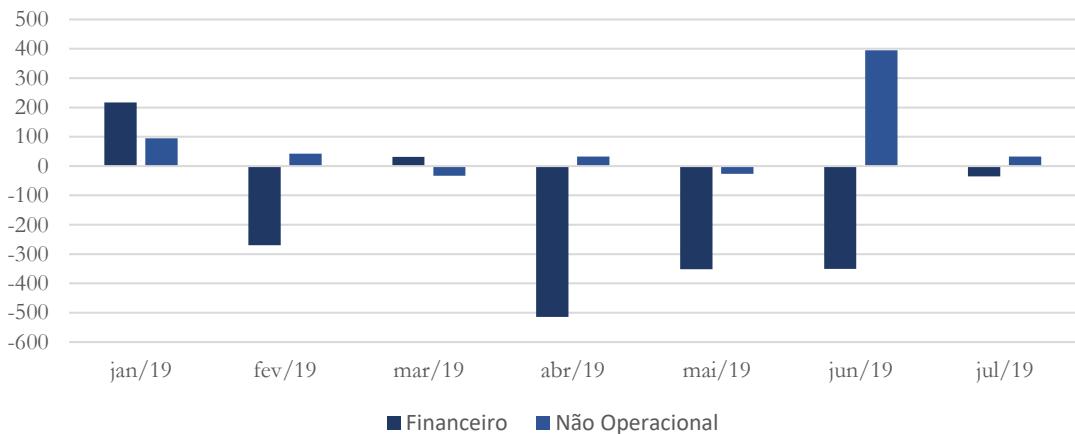
Abri 2019: O EBITDA manteve saldo negativo como reflexo do acima exposto.

Março 2019: O saldo negativo no EBITDA manteve-se estável nos dois últimos meses em análise, conforme gráfico acima.

Fevereiro 2019: No mês de fevereiro, a recuperanda apresentou saldo negativo no resultado operacional – tal resultado, num primeiro momento, pode ser atribuído ao aumento nas despesas administrativas.

4.1.5. Despesas Financeiras

Gráfico 05 - Resultados Financeiro e Não Operacional



O resultado financeiro manteve-se estável no mês de junho, com posterior diminuição entre os meses de junho e julho – apresentando-se próximo ao ponto de equilíbrio. Referente ao resultado não operacional, a recuperanda apresentou saldo no valor de R\$ 395 mil em junho, voltando a média no mês de julho/2019 – conforme gráfico acima.

Maio 2019: O resultado financeiro registrou diminuição de 32% entre os meses de abril e maio/2019. Com relação ao resultado

não operacional, este registrou saldo negativo no último mês em análise.

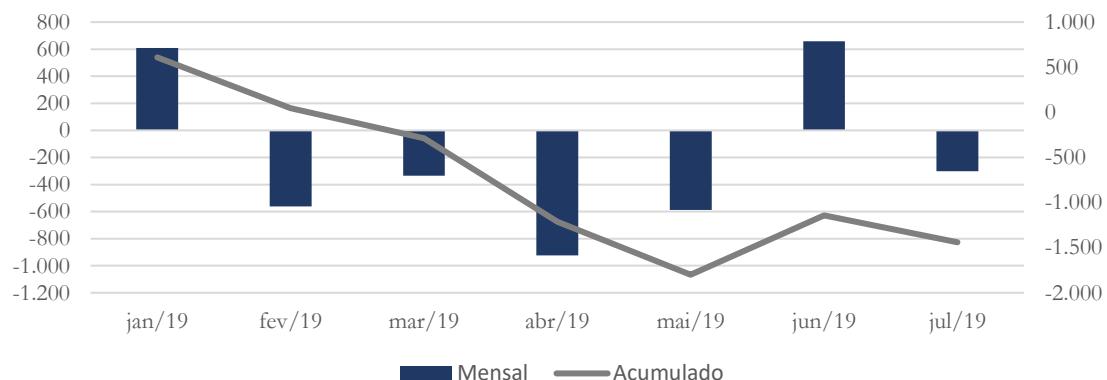
Abril 2019: A recuperanda apresentou piora no resultado financeiro atingindo R\$ 500 mil no último mês em análise, conforme gráfico acima.

Março 2019: A recuperanda registrou diminuição de 17% nas despesas financeiras referentes ao mês de março/2019, quando comparado ao mês anterior – conforme gráfico acima.

Fevereiro 2019: A partir dos documentos encaminhados verifica-se forte variação no resultado financeiro no mês de fevereiro devido a variação cambial apresentada no período. Ainda neste quesito, a recuperanda apresentou diminuição no resultado não operacional, como pode ser observado no gráfico acima.

4.1.6. Resultado do Líquido

Gráfico 06 - Resultado Líquido
Mensal e Acumulado



O resultado do período registrou lucro no mês de junho, com retorno ao prejuízo no mês de julho.

Maio 2019: Como consequência do acima exposto, o resultado do período apresentou diminuição no saldo negativo, conforme gráfico acima.

Abril 2019: Devido ao aumento nas despesas financeiras, o resultado contábil apresentou piora no mês de abril/2019, conforme gráfico acima.

Março 2019: A despeito do resultado do período ter registrado saldo negativo, este contabilizou diminuição (40%) no último mês em análise, quando comparado a fevereiro/2019.

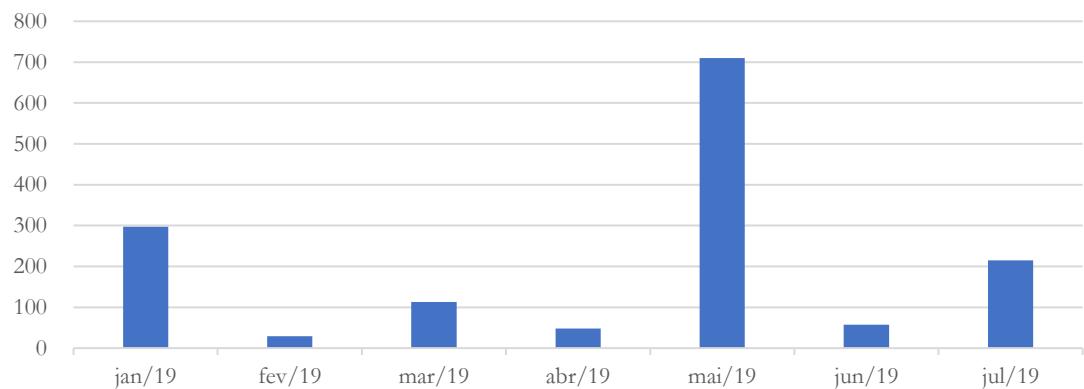
4.2. Análise dos dados constantes do Balanço Patrimonial

De acordo com declaração prestada pela Recuperanda, o Balanço Patrimonial a ser analisado neste Relatório diz respeito ao período de janeiro a julho de 2019. Vale ressaltar que a recuperanda, através de Auditoria externa realizada, efetuou os ajustes propostos por esta na data de 31/12/2018 que, consequentemente, resultaram em alterações no saldo do exercício referente a 2019⁴, os quais foram analisados e abaixo são apresentados.

4.2.1. Caixa e Equivalentes

⁴ Recebemos o relatório da Auditoria com as devidas alterações na data de 26/08/2019, as quais constam no RMA referente ao mês de julho/2019.

Gráfico 07 - Caixa e Bancos



A conta caixa e equivalentes de caixa⁵ apresentou diminuição (92%) entre os meses de maio e junho, com posterior aumento (277%) no mês de julho/2019 quando comparado ao mês anterior.

Maio 2019: A recuperanda registrou aumento no saldo de suas disponibilidades, o qual deverá ser esclarecido.

Abril 2019: As disponibilidades contabilizaram diminuição de 38% no último mês em análise, quando comparado a março/2019.

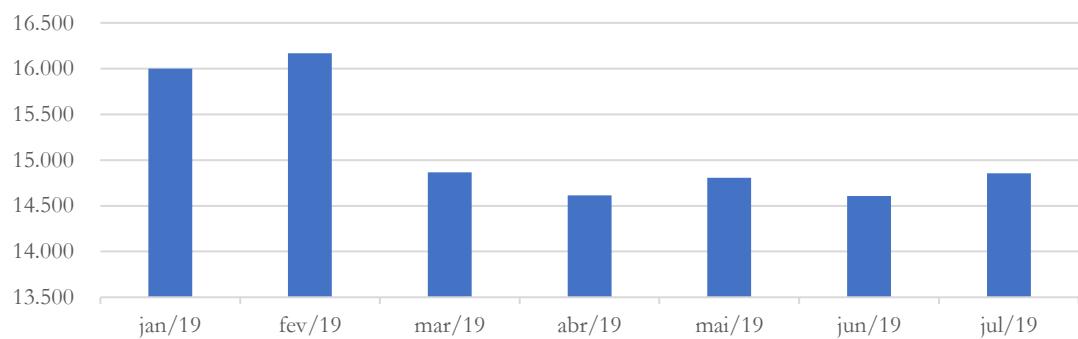
Março 2019: Após a queda apresentada nos dois primeiros meses de 2019, a conta disponibilidades registrou aumento (49%) no mês de março/2019, quando comparado ao mês anterior.

Fevereiro 2019: A recuperanda apresentou redução em suas disponibilidades no mês de fevereiro, quando comparado ao mês anterior.

⁵ As notas explicativas referentes aos ajustes realizados pela Auditoria estão descritas no relatório em anexo.

4.2.2. Estoques

Gráfico 08 - Estoques



O saldo da conta estoques⁶ apresentou diminuição de 1,3% entre os meses de maio e junho, com posterior aumento de 1,7% entre os meses de junho e julho/2019.

Maio 2019: A conta estoques registrou leve aumento (1%) no mês de maio/2019, quando comparado ao mês anterior.

Abri 2019: O saldo da conta estoques apresentou diminuição de 22% em abril/2019, quando comparado ao mês anterior.

Março 2019: A conta estoques registrou aumento de 17% no mês de março/2019, quando comparada ao mês anterior – conforme gráfico acima.

Fevereiro 2019: Os estoques da recuperanda também apresentaram redução, saindo de R\$ 19,6 milhões no mês de janeiro para R\$ 16,4 milhões em fevereiro. Solicitamos à

⁶ As notas explicativas referentes aos ajustes realizados pela Auditoria estão descritas no relatório em anexo.

recuperanda que nos explicasse o motivo dos estoques estarem acima do faturamento da empresa, bem como que nos informasse a respeito da possibilidade de realização do mesmo.

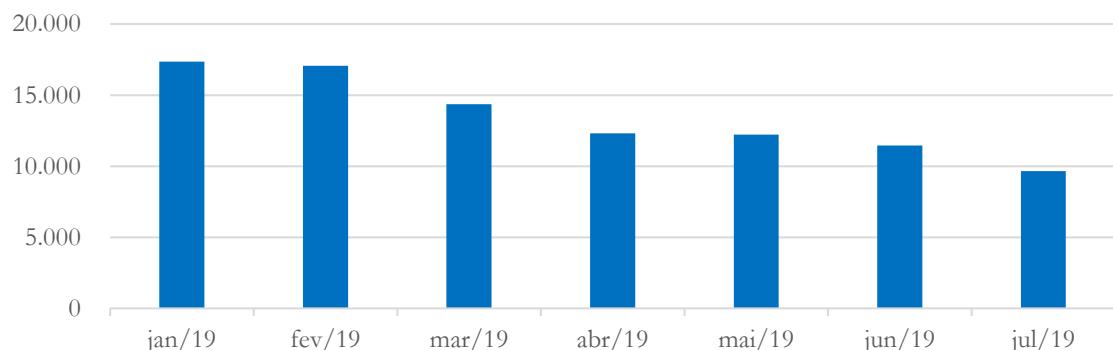
De acordo com a recuperanda:

A redução do estoque se deu devido ao volume de saídas ter superado o volume de entradas, motivado principalmente pela reestruturação do planejamento.

Os estoques, historicamente, oscilam entre 15 e 20 milhões, porém, mesmo com a redução da produção e do faturamento, os estoques se mantiveram nessa faixa devido grande parte desse estoque já estar em condições de acabado.

4.2.3. Contas a Receber

Gráfico 09 - Contas a Receber



O contas a receber⁷ apresentou diminuição nos meses de junho (6,3%) e julho (15,7%), conforme gráfico acima.

⁷ As notas explicativas referentes aos ajustes realizados pela Auditoria estão descritas no relatório em anexo.

Maio 2019: O contar a receber apresentou diminuição de 27% entre os meses de abril e maio/2019.

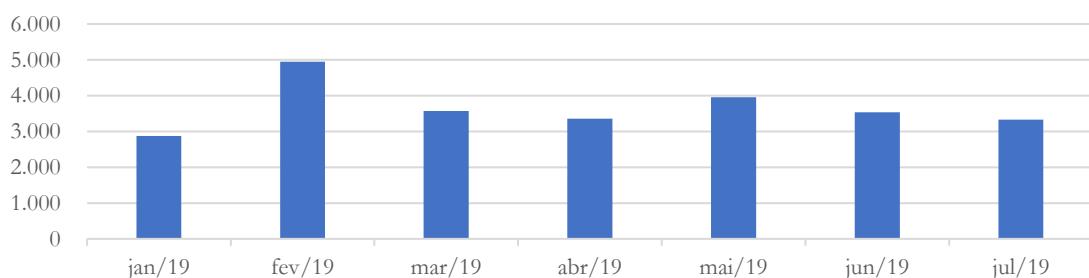
Abril 2019: A conta clientes do país e exterior registrou aumento de 5% no último mês em análise, quando comparado a março/2019, conforme gráfico acima.

Março 2019: O contas a receber da recuperanda registrou diminuição (20%) no último mês em análise, quando comparado a fevereiro/2019.

Fevereiro 2019: A conta clientes do país e exterior⁸ registrou diminuição de 2,4% no mês de fevereiro, quando comparado a janeiro.

4.2.4. Adiantamentos a Terceiros

Gráfico 10 - Adiantamentos a Terceiros



A conta adiantamentos⁹ também apresentou diminuição nos meses de junho (10,7%) e julho (5,8%), conforme gráfico acima.

⁸ A recuperanda já esclareceu o motivo do contas a receber ser negativo.

⁹ As notas explicativas referentes aos ajustes realizados pela Auditoria estão descritas no relatório em anexo.

Maio 2019: A conta adiantamentos contabilizou aumento de 16% no mês de maio/2019, quando comparado ao mês anterior. Solicitamos à recuperanda que nos informe a respeito de tal reconhecimento.

Abril 2019: A conta adiantamentos registrou aumento de 440% entre os meses de março e abril/2019. Solicitamos à recuperanda que nos informe o motivo do aumento registrado¹⁰.

Março 2019: A conta adiantamentos registrou redução de 86% no mês de março/2019, quando comparado ao mês anterior. Solicitamos à recuperanda que confirme se a redução contabilizada diz respeito a reclassificação realizada no mês de fevereiro, conforme esclarecimento encaminhado¹¹.

Fevereiro 2019: A recuperanda apresentou forte elevação na conta adiantamentos e outros ativos no mês de fevereiro, quando comparado ao mês anterior. Solicitamos à recuperanda que nos informasse o motivo do aumento registrado na conta.

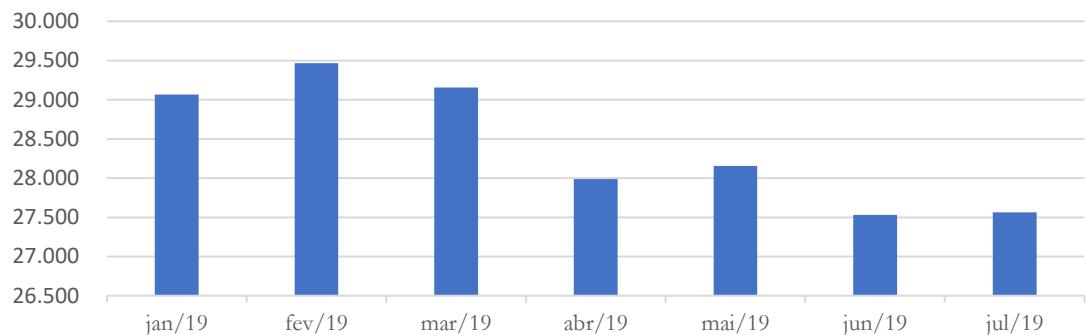
De acordo com os esclarecimentos enviados, tal fato se deve a reclassificação realizada no mês de fevereiro.

4.2.5. Créditos Tributários

¹⁰ Encaminhamos novamente as solicitações de esclarecimentos à recuperanda.

¹¹ Os esclarecimentos solicitados constarão no próximo relatório.

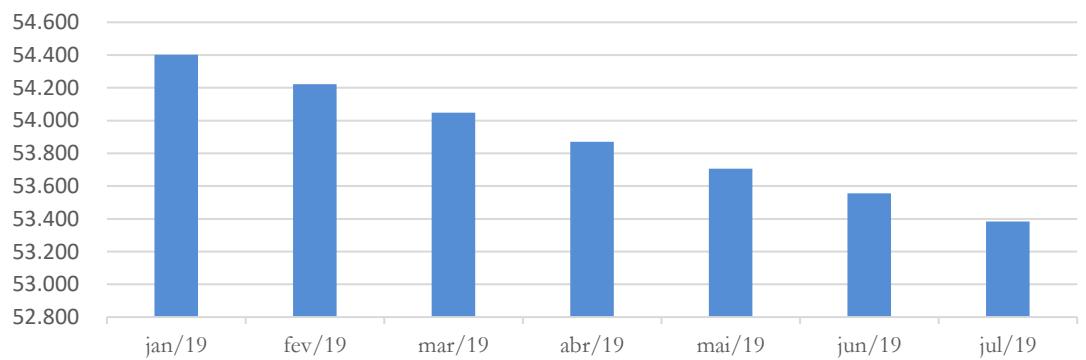
Gráfico 13 - Créditos Tributários



A conta créditos tributários¹² registrou leve aumento de 0,1% no mês de julho/2019, quando comparado ao mês anterior.

4.2.6. Imobilizado

Gráfico 15 - Imobilizado



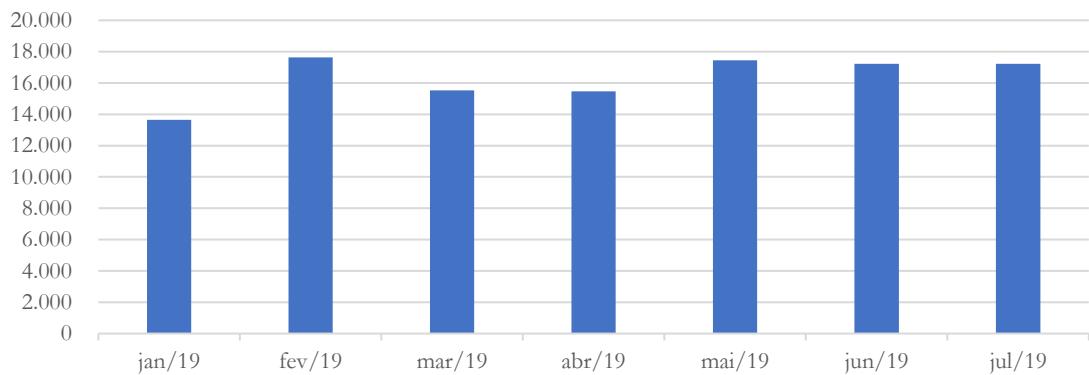
A conta imobilizado¹³ apresentou leve diminuição de 0,32% no mês de julho/2019, quando comparado ao mês anterior.

¹² Devido ao significativo saldo contabilizado na conta créditos tributários, passaremos a partir deste relatório a acompanhá-lo.

¹³ A conta imobilizado inclui o intangível e a depreciação.

4.2.7. Fornecedores

Gráfico 11 - Fornecedores



A conta fornecedores se manteve próxima a estabilidade entre os meses de maio e julho/2019.

Maio 2019: A conta fornecedores contabilizou aumento de 13% entre os meses de abril e maio/2019.

Abri 2019: A conta fornecedores manteve-se relativamente estável nos últimos dois meses em análise.

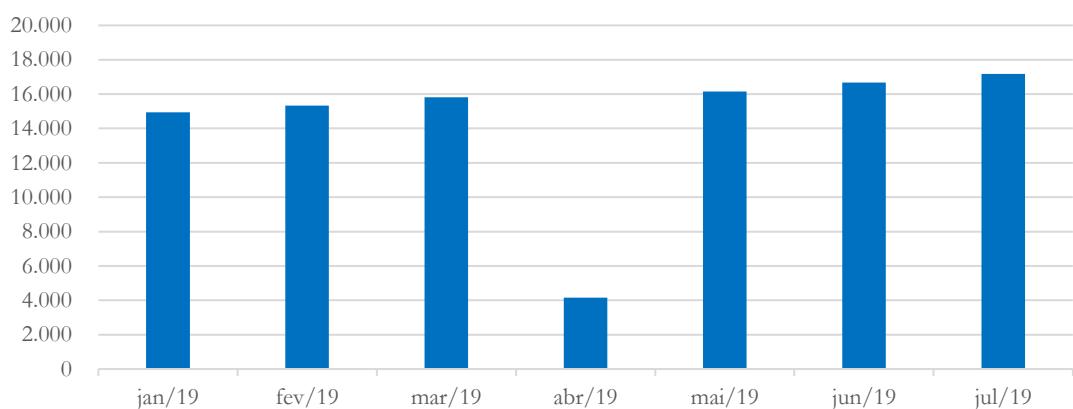
Março 2019: A conta fornecedores contabilizou diminuição de 12% no último mês em análise, quando comparado ao mês anterior – conforme gráfico acima.

Fevereiro 2019: O saldo da conta fornecedores registrou aumento de 29% no mês de fevereiro, quando comparado ao mês de janeiro. Solicitamos à recuperanda que nos informe a elevação contabilizada, assim como a separação entre fornecedores nacionais e estrangeiros.

A recuperanda nos esclareceu que tal saldo se deve a normalização das atividades da empresa¹⁴.

4.2.8. Salários e Encargos

Gráfico 12 - Obrigações Trabalhistas



A conta salários e encargos sociais¹⁵ apresentou aumento de 288% entre os meses de maio e junho/2019, o qual se deve aos ajustes propostos pela auditoria realizada na empresa.

Maio 2019: A conta salários e encargos sociais contabilizou aumento de 1% no mês de maio/2019, quando comparado ao mês anterior.

Abri 2019: A conta salários e encargos sociais registrou aumento de 4% na comparação entre os meses de março e abril/2019.

¹⁴ A separação entre fornecedores nacionais e estrangeiros foi encaminhada, conforme solicitação.

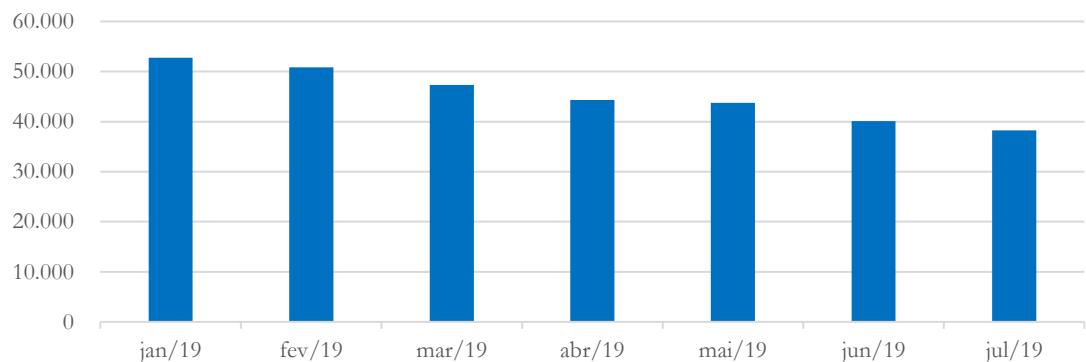
¹⁵ As notas explicativas referentes aos ajustes realizados pela Auditoria estão descritas no relatório em anexo.

Março 2019: A conta salários e encargos sociais registrou leve aumento (1%) no mês de março/2019, quando comparado ao mês anterior.

Fevereiro 2019: A conta salários e encargos apresentou leve diminuição¹⁶ no mês de fevereiro, quando comparado ao mês de janeiro/2019.

4.2.9. Adiantamentos de Terceiros

Gráfico 13 - Adiantamentos de Terceiros



A conta adiantamentos de terceiros registrou diminuição nos meses de junho (8,4%) e julho (4,5%), conforme gráfico acima.

Maio 2019: A conta adiantamentos de clientes manteve saldo relativamente estável nos últimos dois meses em análise, conforme gráfico acima.

¹⁶ O maior impacto está registrado na conta de provisão do 13º salário.

Maio 2019: A conta adiantamentos de clientes apresentou diminuição de 6% no saldo referente ao último mês em análise, quando comparado a março/2019.

Março 2019: A conta adiantamentos de clientes registrou aumento (3%) no mês de março, quando comparado a fevereiro/2019.

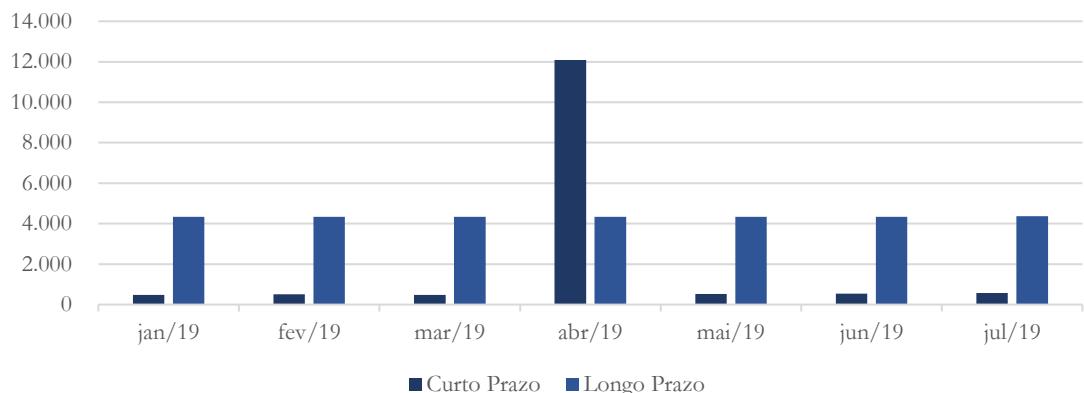
Fevereiro 2019: A recuperanda contabilizou na conta de adiantamentos de clientes saldo de R\$ 21,3 milhões no mês de fevereiro. Solicitamos à recuperanda que nos informasse o motivo de tal reconhecimento.

Segundo esclarecimentos encaminhados:

Devido a atividade da Casp, ser fornecedora de produtos de médio e longo prazo, os clientes quando a contratam depositam valores relativos a entrega de produtos futuros, ou seja, não há emissão no ato da contratação da emissão da mesma.

4.2.10. Tributos a Recolher

Gráfico 14 - Obrigações Tributárias



A conta obrigações tributárias a curto prazo, após ajuste proposto pela Auditoria, registrou diminuição de 96% entre os meses de abril e maio, registrando aumento de 6% no mês de julho/2019, quando comparado ao mês anterior. Em relação ao longo prazo, o saldo das obrigações tributárias mantiveram-se relativamente estáveis nos últimos dois meses em análise, conforme gráfico acima.

Maio 2019: A conta tributos a recolher registrou aumento de 3% no mês maio/2019, quando comparado ao mês anterior.

Abri 2019: Os tributos a recolher contabilizaram diminuição de 2% entre os meses de março e abril/2019 – conforme gráfico acima.

Março 2019: A conta tributos a recolher registrou aumento (3%) no último mês em análise, quando comparado a fevereiro/2019.

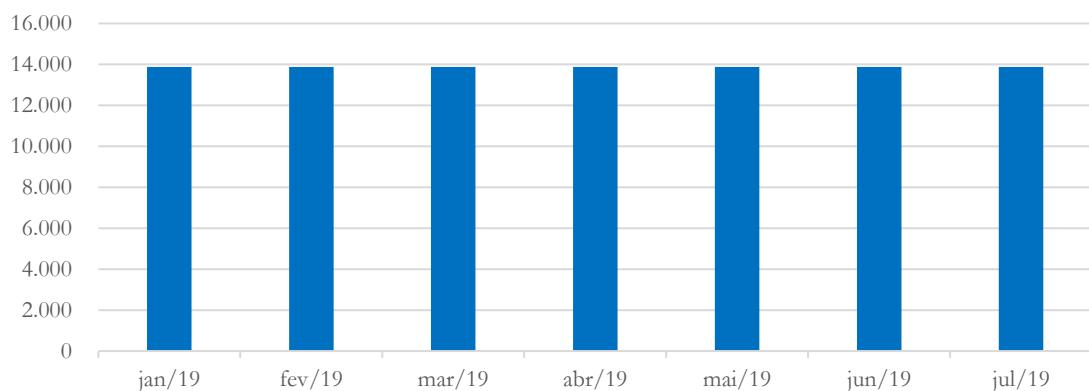
Fevereiro 2019: A conta tributos a recolher apresentou aumento de 4% no mês de fevereiro, quando comparado a janeiro,

indicando o não recolhimento dos mesmos. Pedimos a recuperanda que confirme tal situação.

Segundo esclarecimentos prestados pela recuperanda, tal variação *se deve ao não recolhimento do INSS e FGTS relativo a 01/2019 e acréscimo da competência 02/2019.*

4.2.11. Tributos Diferidos a Longo Prazo

Gráfico 15 - Tributos Diferidos a Longo Prazo

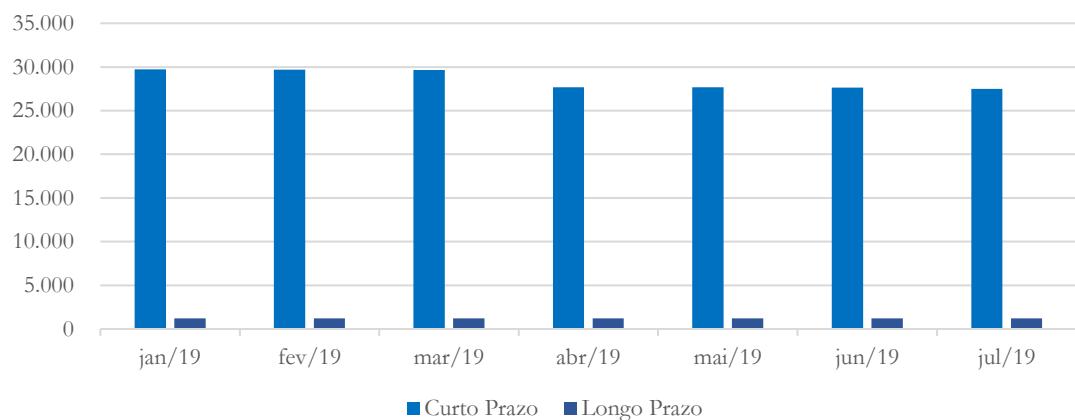


A conta tributos diferidos a longo prazo¹⁷ registraram saldo estável ao longo do período analisado.

4.2.12. Empréstimos e Financiamentos

¹⁷ Essa conta foi sugerida inclusão após Auditoria realizada.

Gráfico 16 - Empréstimos e Financiamentos



A conta empréstimos e financiamentos apresentou leve diminuição nos meses de junho (0,12%) e julho (0,46%), conforme gráfico acima.

Maio 2019: A conta empréstimos e financiamentos registrou aumento de 4% entre os meses de abril e maio/2019.

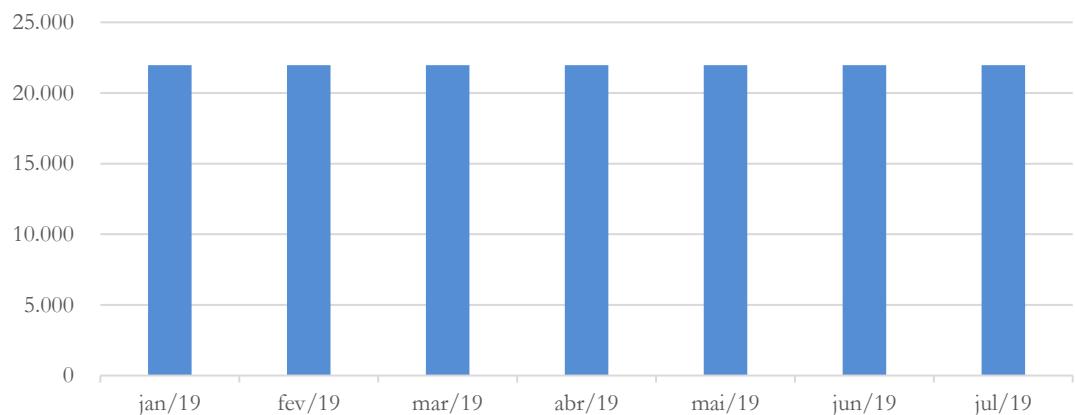
Abril 2019: A conta empréstimos e financiamentos contabilizou diminuição de 7% no mês de abril/2019, quando comparado ao mês anterior.

Março 2019: O saldo da conta empréstimos e financiamentos manteve-se relativamente estável nos últimos dois meses em análise.

Fevereiro 2019: A conta empréstimos e financiamentos manteve-se relativamente estável – passando de R\$ 28,9 milhões em janeiro para R\$ 28,8 milhões em fevereiro.

4.2.13. Provisões Para Demandas Judiciais

Gráfico 17 - Provisões para Demandas Judiciais a Longo Prazo



A conta provisões para demandas judiciais a longo prazo¹⁸ apresentou saldo estável ao longo do período analisado.

5. Acompanhamento processual

Recuperação Judicial

Processo n. 1000264-70.2019.8.26.0022

2^a Vara – Foro de Amparo

01/02/2019	Pedido de Processamento da Recuperação Judicial
19/02/2019	Deferimento Pedido do Processamento da Recuperação Judicial
23/04/2019	Edital Art.52

¹⁸ Essa conta foi sugerida inclusão após Auditoria realizada.

Para verificação do andamento processual acesse o site:
www.r4cempresarial.com.br/recuperacoes-judiciais

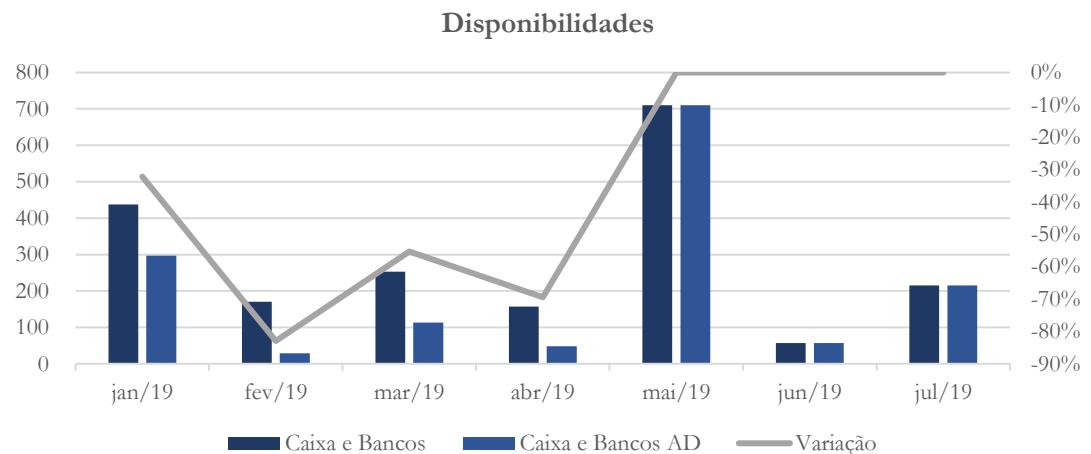
6. Anexos

Alterações propostas pela Auditoria

A recuperanda enviou a este Administrador Judicial o relatório auditado – o qual encontra-se anexo a este RMA¹⁹ - referente ao período de dezembro/2018. Vale observar que após Auditoria, os saldos de encerramento do exercício de 2018 passaram por alterações, as quais já estão demonstradas neste RMA.

O intuito deste anexo foi tão somente demonstrar os ajustes sugeridos e realizados pela Auditoria Grant Thornton.

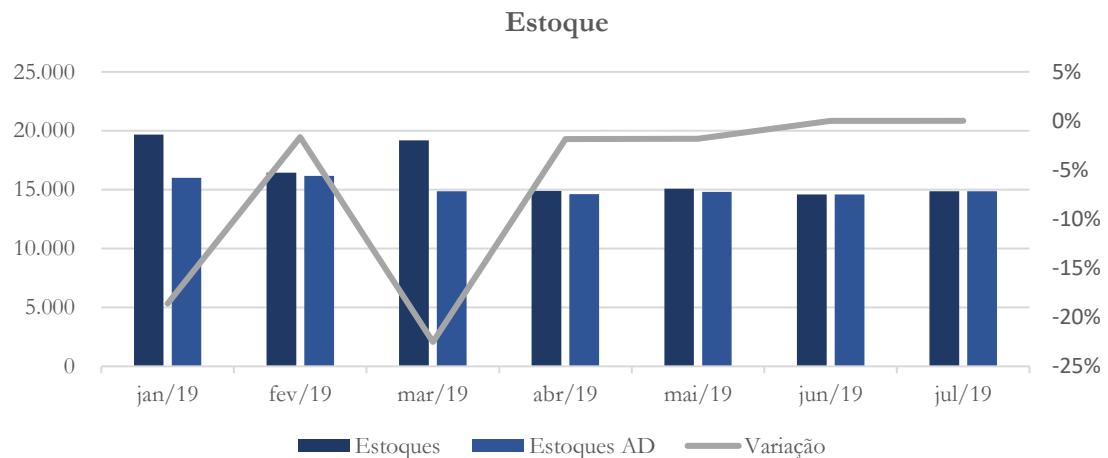
Caixa e Equivalentes



De acordo com o relatório auditado: *As aplicações financeiras estão representadas por quotas de fundos DI (Depósito Interbancário) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data do balanço, sem perda de valor. Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remunerados a 93% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Estão demonstradas pelo custo de aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, substancialmente representativo do seu valor justo.*

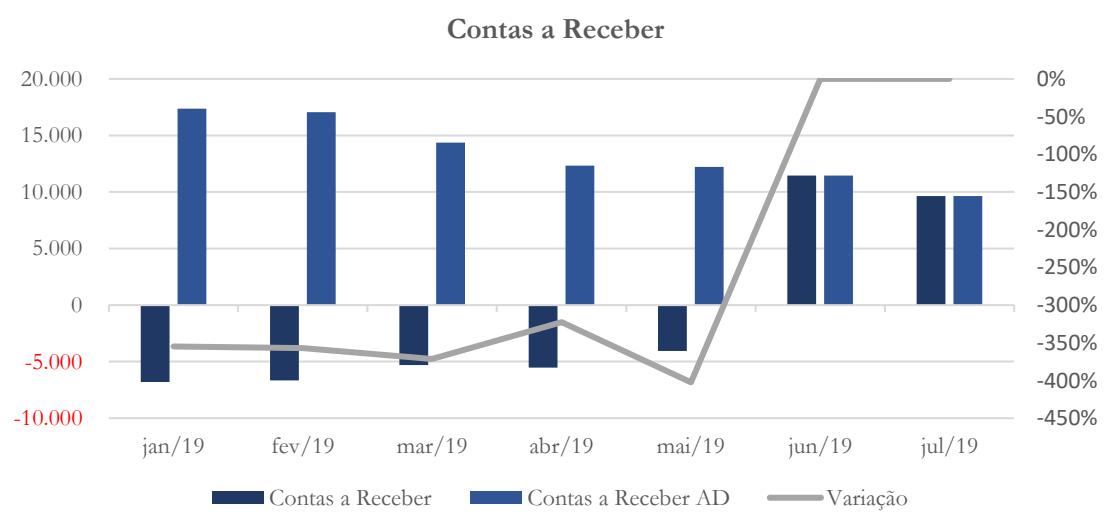
¹⁹ RMA referente ao mês de julho/2019.

Estoques



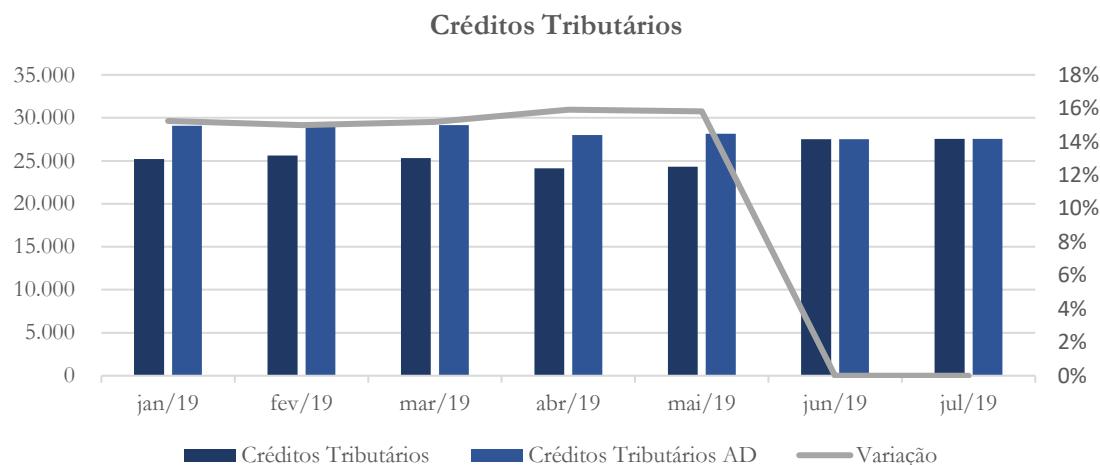
A conta estoque não apresentou nota explicativa, segundo relatório auditado.

Clientes no País e Exterior



O contas a receber também não apresentou nota explicativa, segundo relatório auditado.

Impostos a Recuperar



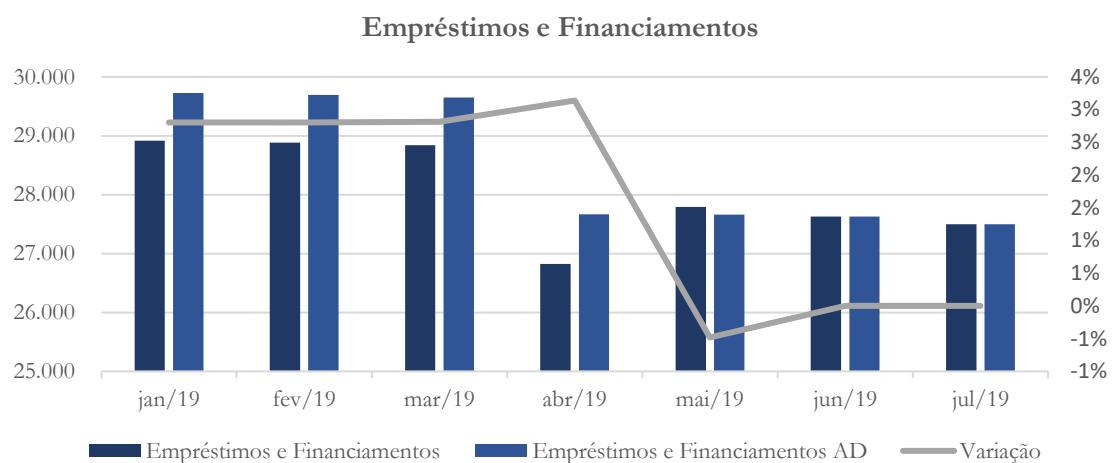
Conforme relatório auditado, a conta créditos tributários:

Representados por créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS inclusos nas aquisições de matérias-primas e insumos, os quais estão em processos de homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SFESP, com vistas à transformação em créditos acumulados. A Companhia goza de incentivos fiscais, principalmente da redução da carga tributária do ICMS nas vendas de seus produtos, relacionados nos anexos I e/ou II do Convênio ICMS no 52/91(Conv. no 27/15) – consequentemente, os débitos de ICMS gerados de suas operações de saídas têm sido inferiores aos créditos mantidos pelas aquisições de insumos. A Companhia vem realizando tais créditos consistentemente, sem nenhum deságio na forma de transferência a fornecedores estabelecidos no Estado de São Paulo e/ou nas compensações com o mesmo imposto devido nas importações de insumos, quando desembaraçadas no Estado de São Paulo.

A segregação entre circulante e não circulante desses tributos levou em consideração as perspectivas da administração quanto à sua realização, com base em suas projeções de resultado, notadamente,

a geração de receitas, e a projeção da administração quanto aos futuros créditos tomados de ICMS, IPI, PIS e Cofins.

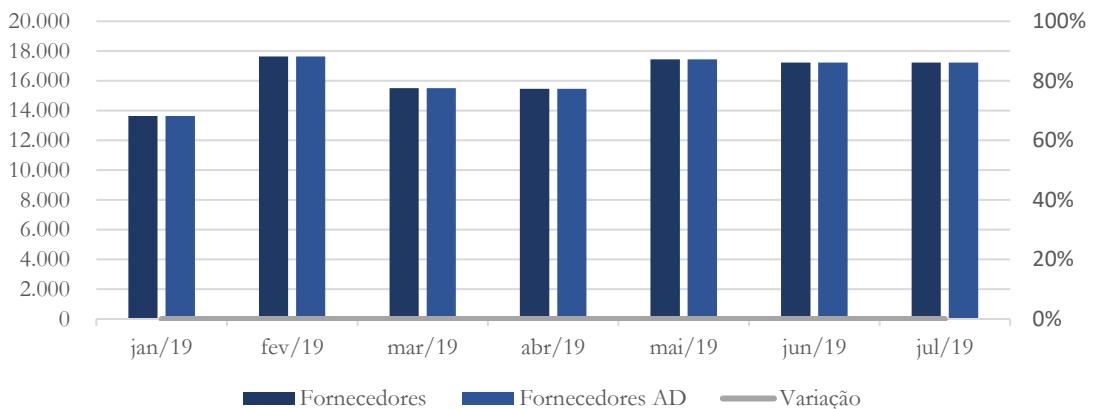
Empréstimos e Financiamentos



O relatório auditado trouxe a seguinte nota explicativa referente a conta empréstimos e financiamentos: *Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pelos próprios bens financiados ou por aval dos diretores da Companhia. Não há cláusulas restritivas, para cumprimento de obrigações contratuais.*

Fornecedores

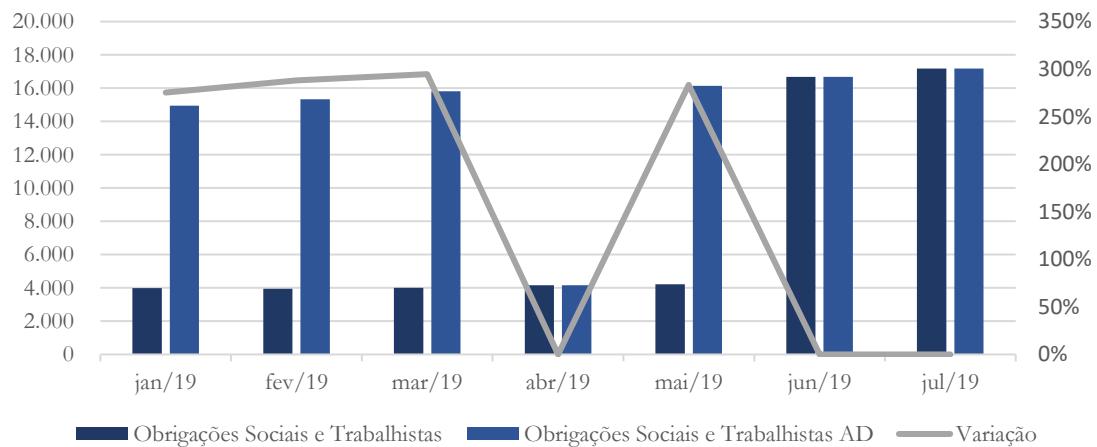
Fornecedores



Não há nota explicativa referente a conta fornecedores.

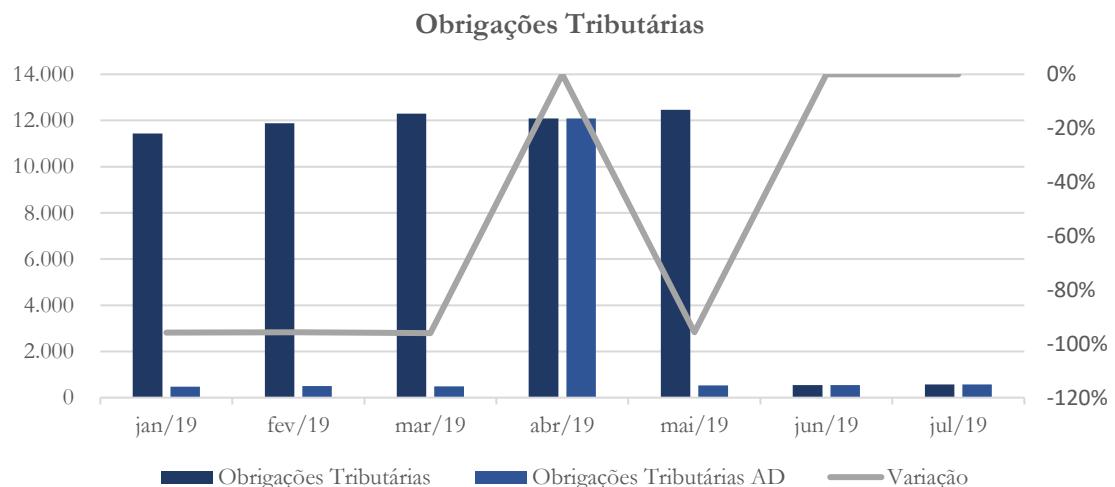
Obrigações Trabalhistas

Obrigações Sociais e Trabalhistas



O relatório auditado não apresentou nota explicativa referente a conta obrigações sociais e trabalhistas.

Obrigações Tributárias



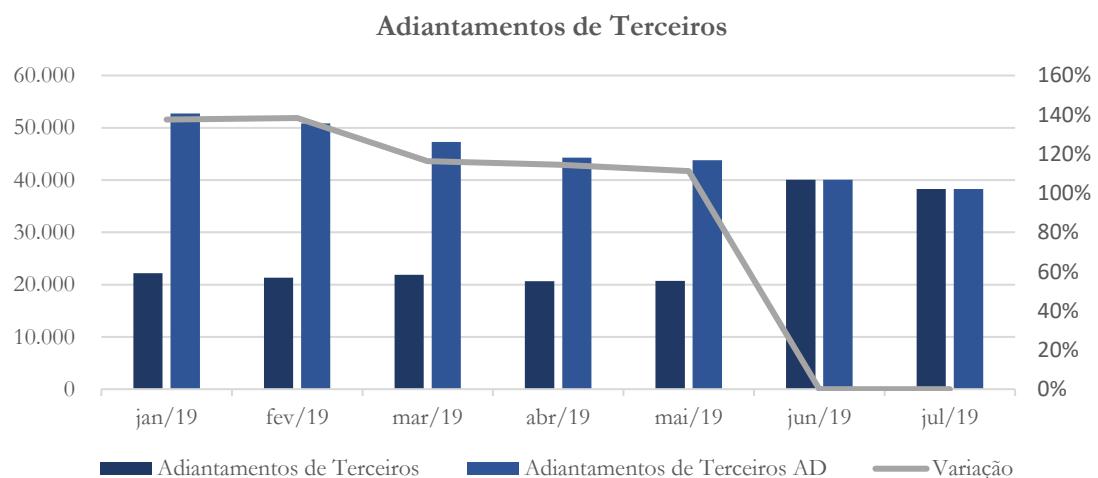
Segundo o relatório auditado: *Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei no 11.941/09, visando aos benefícios de redução de multas e juros, além do parcelamento de longo prazo de tributos federais e contribuições previdenciárias. Como consequência a essa adesão, a Companhia ficou obrigada ao pagamento das parcelas, sem atraso superior a três meses, o que vem cumprindo normalmente. Na formalização junto à RFB, a Companhia apresentou as desistências das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.*

Em 2015, a Companhia, em face de decisão da RFB, que inadmitiu o Recurso Especial interposto em processo administrativo de 2002 no qual se pleiteava a compensação de créditos de IPI, pagos nas aquisições de insumos aplicados na industrialização de produtos tributados à alíquota zero com débitos de PIS (competência de 09/2002) e de Cofins (competências de 04/2000 e de 09/2002) optou pelo reconhecimento dos referidos débitos e ingressou em agosto de 2015 com o pedido de parcelamento nos moldes da Lei no 10.522/02 para pagamento em 60 meses, o qual foi homologado, em curso normal e adimplente em 31/12/2015. Ainda em 2015, a Companhia

ingressou com pedidos de parcelamentos simplificados de débitos previdenciários, relativos às competências de 12/2013, 01/2014 e de 04 a 06/2015, os quais foram homologados pela RFB, estando em curso normal e adimplentes. Em 2016, a Companhia ingressou com pedidos de parcelamentos simplificados de débitos previdenciários, relativos à competência de 03/2016, o qual foi homologado pela RFB, estando em curso normal e adimplentes.

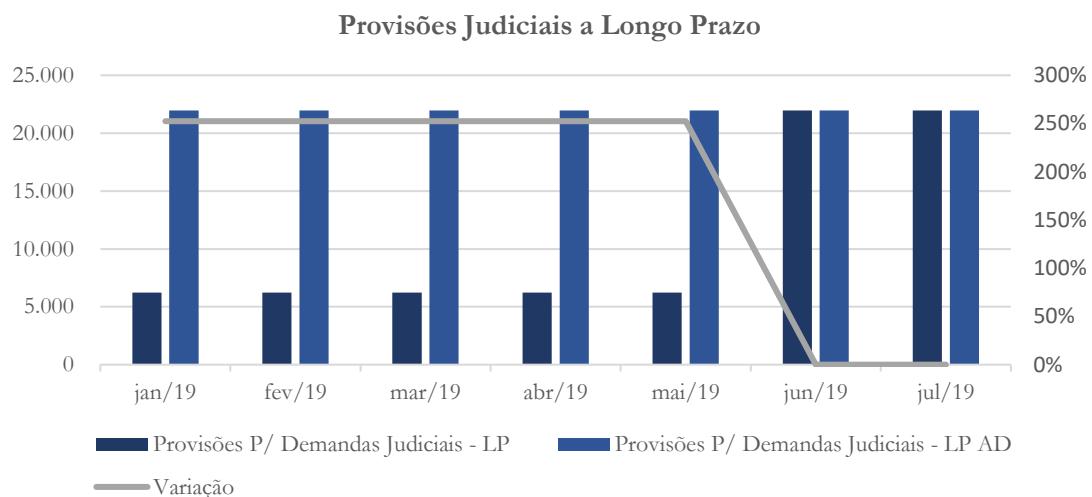
Ainda em 2016, a Companhia ingressou com pedido de parcelamento ordinário de débitos previdenciários, relativos às competências de 08 e 09/2016, os quais foram homologados pela RFB, estando em curso normal e adimplentes. Em 2017 a Companhia evolui com os pagamentos e aderiu ao PERT.

Adiantamentos Recebidos de Terceiros



A conta adiantamentos de terceiros não apresentou nota explicativa no relatório auditado.

Provisões Para Demandas Judiciais



O relatório auditado apresentou a seguinte nota explicativa referente a conta provisões judiciais a longo prazo: *A Companhia está envolvida em ações judiciais e administrativas sobre questões trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue.*

CASP S.A - Indústria e Comércio

ב' - ב' - ב'

111

Demonstração de Resultados		2019	%	2018	%
	<i>Em milhares de reais</i>				
Receita bruta das vendas de produtos e serviços prestados		55.551	-19,0%	136.720	(21.190)
(-) Devoluções, impostos e contribuições sobre vendas		(8.877)		(18.3%)	
(=) Receita líquida		46.674		115.530	
(-) Custo das vendas de produtos e serviços prestados		(33.528)	-71,8%	(83.015)	-71,9%
(=) Margem líquida		13.146	28,2%	32.515	28,1%
(-) Despesas operacionais					
Administrativas		(4.388)	-9,4%	(19.903)	-17,2%
Comerciais		(9.167)	-19,6%	(39.988)	-34,6%
Outras receitas operacionais (líquidas)		506	1,1%	581	0,5%
(=) Resultado operacional		96	0,2%	(26.795)	-23,3%
(-) Despesas financeiras		(2.534)	-5,4%	(17.732)	-15,3%
(+) Receitas financeiras		1.296	2,8%	8.248	7,1%
(=) Despesas financeiras, líquidas		(1.237)	-2,7%	(9.484)	-8,2%
(=) Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda		(1.141)	-2,4%	(36.279)	-31,4%
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		-	-	-	-
corrente		-	-	-	-
diferido		-	-	-	-
(=) Lucro (prejuízo) líquido do período		(1.141)	-2,4%	(7.310)	-6,3%
		(43.589)	-37,7%		

Amparo (SP), 30 de Junho de 2019

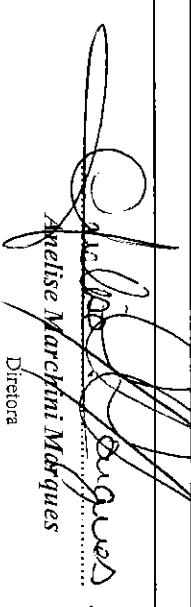
CASP S.A - Indústria e Comércio

CNPJ 61.106.043/0001-40

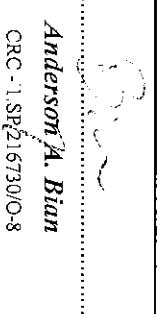
Balanço Patrimonial em 30 de Junho de 2019

	Ativo	30.06.2019	31.12.18	Passivo	30.06.2019	31.12.18
Disponibilidades		57	484	Fornecedores do país e exterior	17.226	13.917
Estoques		14.605	18.234	Salários e encargos sociais	16.681	14.750
Clientes do país e exterior		11.458	7.564	Adiantamentos de clientes	40.083	43.244
Adiantamentos e outros ativos		3.536	2.812	Outras obrigações	398	523
Tributos a recuperar		27.530	29.111	Tributos a recolher	542	303
				Tributos parcelados	273	455
				Empréstimos e financiamentos	27.628	30.669
CIRCULANTE		57.186	58.205	CIRCULANTE	102.831	103.861
Tributos diferidos		-	-	Tributos parcelados LP	4.335	4.335
Tributos a recuperar LP		124	124	Provisões p/ demandas judiciais	21.966	21.966
Outros créditos		364	221	Empréstimos e financiamentos LP	1.220	1.220
Depósitos judiciais		128	377	Tributos diferidos LP	13.874	13.874
		616	722	NAO CIRCULANTE	41.395	41.395
NAO CIRCULANTE						
Capital social				Capital social	11.608	11.608
Reserva de incentivo fiscal				Reserva de incentivo fiscal	10.332	10.332
Reserva de Reavaliação				Reserva de Reavaliação	27.571	27.571
Prejuízos acumulados				Prejuízos acumulados	(81.239)	(38.534)
Lucro (prejuízo) do exercício				Lucro (prejuízo) do exercício	(1.141)	(42.705)
				PATRIMÔNIO LIQUIDO	(32.869)	(31.728)
PERMANENTE		53.555	54.601	PASSIVO	111.357	113.528
ATIVO		111.357	113.528			

Amparo (SP), 30 de Junho de 2019



Welise Marchini Mesquita
Diretora



Anderson A. Bianchi
Diretora

CRC - 1.16730/0-8



Faturamento

Empresa – CASP S/A Industria e Comercio

Faturamento	Liquido - M
Jan./19	7.853.442,68
Fev./19	7.716.720,90
Mar./19	6.867.553,24
Abr./19	7.391.734,09
Mai./19	7.771.409,05
Jun./19	9.073.188,05
Jul./19	6.151.218,43
Ago./19	-
Set./19	-
Out./19	-
Nov./19	-
Dez./19	-
	52.825.266,44

Anelise Marchini Marques
Diretora

Anderson Antonio Bian

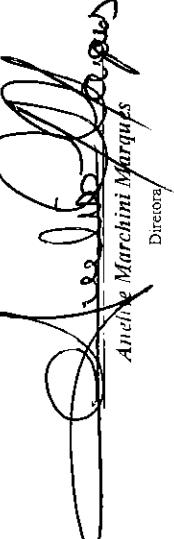
CRCSP 216730-0-8

CASP S.A - Indústria e Comércio

CNPJ: 61.060.430/0001-10

Demonstração de Resultados		2019	%	2018	%
<i>Em milhares de reais</i>					
Receita bruta das vendas de produtos e serviços prestados		63.010		136.720	
(-) Devoluções, impostos e contribuições sobre vendas	(10.185)	-19,3%	(21.190)	-16,3%	
(=) Receita líquida	52.825		115.530		
(-) Custo das vendas de produtos e serviços prestados	(37.799)	+71,6%	(83.015)	-71,9%	
(=) Margem líquida	15.027	28,4%	32.515	28,1%	
(-) Despesas operacionais					
Administrativas	(5.037)	-9,5%	(19.903)	-17,2%	
Comerciais	(10.697)	-20,3%	(39.988)	-34,6%	
Outras receitas operacionais (líquidas)	539	1,0%	581	0,5%	
(=) Resultado operacional	(168)	-0,3%	(26.795)	-23,2%	
(-) Despesas financeiras	(2.878)	-5,4%	(17.733)	-15,3%	
(+) Receitas financeiras	1.605	3,0%	8.248	7,1%	
(=) Despesas financeiras, líquidas	(1.273)	-2,4%	(9.485)	-8,2%	
(=) Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(1.441)	-2,7%	(36.280)	-31,4%	
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro					
corrente	-	-	-	-	
diferido	-	-	(7.310)	-6,3%	
(=) Lucro (prejuízo) líquido do período	(1.441)	-2,7%	(43.590)	-37,7%	

Amparo (SP), 31 de Julho de 2019

	<i>Anderson A. Bianchi</i>
	<i>Anelli Marchini Marques</i>
	<i>Diretora</i>

CASP S.A - Indústria e Comércio

CNPJ 61.106.043/0001-40

Balanço Patrimonial em 31 de Julho de 2019

	Ativo	31.07.2019	31.12.18		Passivo	31.07.2019	31.12.18
Disponibilidades		215	484	Fornecedores do país e exterior		17.224	13.917
Estoques	14.857	18.234		Salários e encargos sociais		17.180	14.748
Clientes do país e exterior	9.656	7.562		Adiantamentos de clientes		38.265	43.244
Adiantamentos e outros ativos	3.329	624		Outras obrigações		398	523
Tributos a recuperar	27.564	29.111		Tributos a recolher		575	303
				Tributos parcelados		239	455
				Empréstimos e financiamentos		27.500	30.670
CIRCULANTE	55.621	56.015		CIRCULANTE		101.381	103.860
				Tributos parcelados LP		4.373	4.335
				Provisões p/ demandas judiciais		21.966	21.966
				Empréstimos e financiamentos LP		1.220	1.220
				Tributos diferidos LP		13.874	13.874
				NÃO CIRCULANTE		41.433	41.395
				Capital social		11.608	11.608
				Reserva de incentivo fiscal		10.332	10.332
				Reserva de Reavaliação		27.571	27.571
				Prejuízos acumulados		(81.240)	(81.240)
				Lucro (prejuízo) do exercício		(1.441)	
				PARA RIMÔNIO LIQUIDO		(33.170)	(31.729)
				PASSIVO		109.644	113.526
PERMANENTE							
ATIVO	109.644	113.526					

Amparo (SP), 31 de Julho de 2019

Anderson A. Bianchi
Anderson A. Bianchi
Anelise Marchin Marques
Anelise Marchin Marques
Diretora

Anderson A. Bianchi
Anderson A. Bianchi
CRC - 1 SP 216730/O-8

fls. 261

CASP S.A - Indústria e Comércio

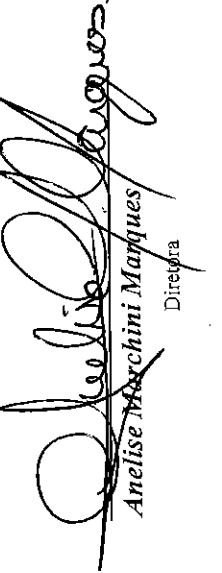
CNPJ 61.106.043/0001-40

Balanço Patrimonial em 31 de Julho de 2019

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

	Reserva	Incentivos	Avaliação Patrimonial	Prejuízos		
		<u>Fixais</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Móveis</u>	<u>Acumulados</u>	<u>Totais</u>
Saldo em 31/12/2017	11.608	10.332	38.292	4.492	(38.534)	26.190
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	(43.590)	(43.590)
Reserva de avaliação patrimonial						-
Tributos s/ajuste aval.patrimonial			(10.536)	(3.793)	-	(14.329)
Realização diferido s/avaliação patrimonial			(295)	(589)	884	-
Saldo em 31/12/2018	11.608	10.332	27.461	110	(81.240)	(31.729)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	(1.441)	(1.441)
Reserva de avaliação patrimonial						-
Realização diferido s/avaliação patrimonial						-
Saldo em 31/07/2019	11.608	10.332	27.461	110	(82.681)	(33.170)

vas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis


Aneise Marchini Marques
 Diretora


Anderson A. Bian
 CRC - 1. SP 216730/O-8

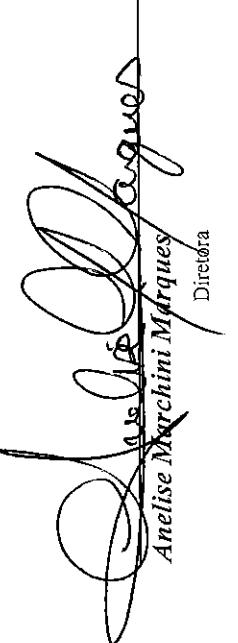
CASP S.A - Indústria e Comércio

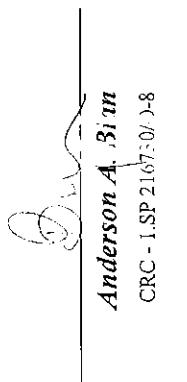
CNPJ 61.106.043/0001-40

Balanço Patrimonial em 31 de Julho de 2019

Demonstração do resultado abrangente

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado do Exercício	(1.441)	(43.590)
Outros resultados abrangentes	-	(884)
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.441)</u>	<u>(44.474)</u>


Anelise Marchini Marques
Diretora


Anderson A. Bim
CRC - 1.ESP 21673/01-8

fls. 263

CASP S.A = Indústria e Comércio

卷之三

NPJ 8, 106, 043/0001-40

	Ativo	31.01.19	31.12.18	Passivo	31.01.19	31.12.18
Disponibilidades		297	484	Fornecedores do país e exterior	13.647	13.917
Estoques		16.001	18.234	Salários e encargos sociais	14.945	14.748
Clientes do país e exterior		17.358	7.562	Adiantamentos de clientes	52.754	43.244
Adiantamentos e outros ativos		2.877	624	Outras obrigações	571	523
Tributos a recuperar		29.066	29.111	Tributos a recolher	475	303
				Tributos parcelados	447	455
				Empréstimos e financiamentos	29.728	30.670
CIRCULANTE		65.599	56.015	CIRCULANTE	112.567	103.860
Tributos diferidos		-	-	Tributos parcelados LP	4.335	4.335
Tributos a recuperar LP		124	124	Provisões p/ demandas judiciais	21.966	21.966
Outros créditos		2.590	2.410	Empréstimos e financiamentos LP	1.220	1.220
Depósitos judiciais		128	377	Tributos diferidos LP	13.874	13.874
		2.842	2.911	NÃO CIRCULANTE	41.395	41.395
Capital social					11.608	11.608
Reserva de incentivo fiscal					10.332	10.332
Reserva de Reavaliação					27.572	27.571
Prejuízos acumulados					(81.240)	(81.240)
Intangível		52.323	52.555		607	
		2.078	2.045			
PERMANENTE		54.401	54.600	PATRIMÔNIO LIQUIDO	(31.121)	(31.729)
ATIVO		122.841	113.526	PASSIVO	122.841	113.526

Amparo (SP), 31 de Janeiro de 2019

Anelise Marchini Marques

Divulgación

Anderson A. Bian

Anderson A. Bian

CASP S.A - Indústria e Comércio

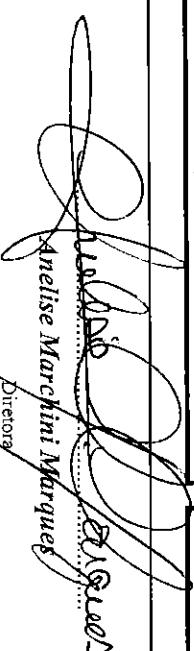
CNPJ 61.106.043/0001-40

Balanço Patrimonial em 28 de Fevereiro de 2019

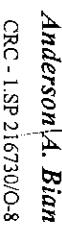
R\$ ('000)

Ativo	Nota	28.02.2019	31.12.18	Passivo	Nota	28.02.2019	31.12.18
Disponibilidades	5	29	484	Fornecedores do país e exterior	12	17.635	13.917
Estoques	6	16.168	18.234	Salários e encargos sociais	13	15.334	14.748
Clientes do país e exterior	7	17.067	7.562	Adiantamentos de clientes	13	50.836	43.244
Adiantamentos e outros ativos		4.945	624	Outras obrigações		593	523
Tributos a recuperar	8	29.466	29.111	Tributos a recolher	14	503	303
				Tributos parcelados		437	455
				Emprestimos e financiamentos	15	29.692	30.670
CIRCULANTE		67.675	56.015	CIRCULANTE		115.030	103.860
Tributos diferidos				Tributos parcelados LP	14	4.335	4.335
Tributos a recuperar LP	8	124	124	Provisões p/ demandas judiciais	16	21.966	21.966
Outros créditos	9	2.596	2.410	Emprestimos e financiamentos LP	15	1.220	1.220
Depósitos judiciais	16	128	377	Tributos diferidos LP	15	13.874	13.874
		2.848	2.911	NÃO CIRCULANTE		41.395	41.395
NÃO CIRCULANTE				Capital social			
				Reserva de incentivo fiscal			
				Reserva de Reavaliação			
Imobilizado	10	52.163	52.555	Prejuízos acumulados			
Intangível	11	2.058	2.045	Lucro (prejuízo) do exercício			
		54.221	54.600	PATRIMÔNIO LIQUIDO		(31.681)	(31.729)
PERMANENTE		124.744	113.526	PASSIVO		124.744	113.526
ATIVO							

Amparo (SP), 28 de Fevereiro de 2019


 Anelise Marchini Marques

Diretora


 Anderson A. Bian

CRC - 1.5P 216730/0-8

CASP S.A - Indústria e Comércio

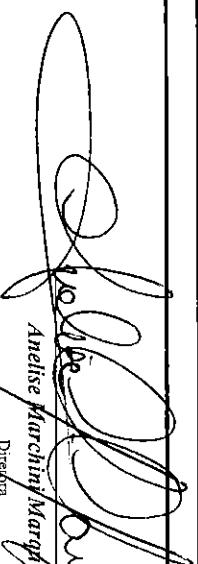
CNPJ. 61.100.437/0001-40

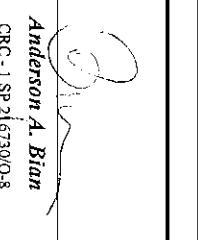
Demonstração de Resultados

Em milhares de reais

	2019	%	2018	%
Receita bruta das vendas de produtos e serviços prestados	18.802		136.720	
(-) Devoluções, impostos e contribuições sobre vendas	(3.232)	-20,8%	(21.190)	-18,3%
(=) Receita líquida	15.570		115.530	
(-) Custo das vendas de produtos e serviços prestados	(11.592)	-74,4%	(83.015)	-71,9%
(=) Margem líquida	3.979	25,6%	32.515	28,1%
(-) Despesas operacionais				
Administrativas				
Comerciais				
Outras receitas operacionais (líquidas)				
(=) Resultado operacional				
(-) Despesas financeiras	(1.305)	-8,4%	(19.903)	-17,2%
(+) Receitas financeiras	(2.711)	-17,4%	(39.988)	-34,6%
(=) Despesas financeiras, líquidas	137	0,9%	581	0,5%
(=) Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	99	0,6%	(26.795)	-23,2%
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(973)	-6,2%	(17.733)	-15,3%
corrente	920	5,9%	8.248	7,1%
diferido	(53)	-0,3%	(9.485)	-8,2%
	47	0,3%	(36.280)	-31,4%
(=) Lucro (prejuízo) líquido do período	-	-	-	-
	47	0,3%	(7.310)	-6,3%
			(43.590)	-37,7%

Amparo (SP), 28 de Fevereiro de 2019


Anelise Marchini Marques
 Diretora


Anderson A. Bian
 CRC-1-SP2167300-8

CASP S.A - Indústria e Comércio

CNPJ 61.176.043/0001-40

Balanço Patrimonial em 31 de Março de 2019

	R\$ ('000)			
	Ativo		Passivo	
	31.03.2019	31.12.18	31.03.2019	31.12.18
Disponibilidades				
Estoques	113	484	15.518	13.917
Clientes do país e exterior	14.867	18.234	15.820	14.748
Adiantamentos e outros ativos	14.357	7.562	47.314	43.244
Tributos a recuperar	3.568	624	441	523
	29.154	29.111	485	303
			391	455
CIRCULANTE	62.059	56.015	29.650	30.670
Tributos diferidos				
Tributos a recuperar LP	124	124	4.335	4.335
Outros créditos	2.638	2.410	21.966	21.966
Depósitos judiciais	128	377	1.220	1.220
	2.890	2.911	13.874	13.874
NÃO CIRCULANTE	2.890	2.911	41.395	41.395
Capital social				
Reserva de incentivo fiscal				
Reserva de Reavaliação				
Prejuízos acumulados				
Lucro (prejuízo) do exercício				
			(81.240)	(81.240)
PATRIMÔNIO LIQUIDO	54.048	54.600	(32.017)	(31.729)
PASSIVO	118.997	113.526	118.997	113.526

Amparo (SP), 31 de Março de 2019

Dir. Conta

Anelise Marchini Matques

Anderson A. Bian

CRC - 1. SP 216730/O-8

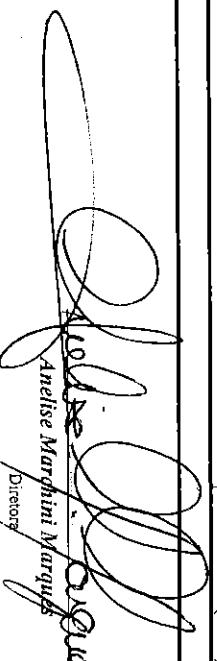
CASP S.A - Indústria e Comércio

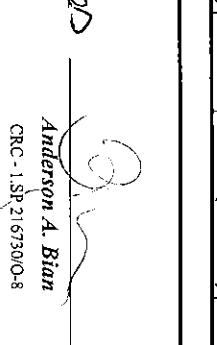
CNPJ. 61.100.043/0001-40

Demonstração de Resultados

Em milhares de reais

	2019	%	2018	%
Receita bruta das vendas de produtos e serviços prestados	26.935		136.720	
(-) Devoluções, impostos e contribuições sobre vendas	(4.497)	-20,0%	(21.190)	-18,3%
(=) Receita líquida	22.438		115.530	
(-) Custo das vendas de produtos e serviços prestados	(16.643)	-74,2%	(83.015)	-71,9%
(=) Margem líquida	5.794	25,8%	32.515	28,1%
(-) Despesas operacionais				
Administrativas				
Comerciais				
Outras receitas operacionais (líquidas)				
(=) Resultado operacional	(2.013)	-9,0%	(19.903)	-17,2%
(-) Despesas financeiras				
(+) Receitas financeiras				
(=) Despesas financeiras, líquidas	(4.153)	-18,5%	(39.988)	-34,6%
(=) Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	104	0,5%	581	0,5%
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente				
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido				
(=) Lucro (prejuízo) líquido do período	(289)	-1,3%	(7.310)	-6,3%
Amparo (SP), 31 de Março de 2019				


 Aneleise Marchini Marques
 Diretora


 Anderson A. Bian
 CRC - SP - 2167300-8

CASP S.A - Indústria e Comércio

Demonstração de Resultados		2019	%	2018	%
	<i>Em milhares de reais</i>				
Receita bruta das vendas de produtos e serviços prestados		35.843		136.720	
(-) Devoluções, impostos e contribuições sobre vendas	(6.014)	-20,2%		(21.190)	-18,3%
(=) Receita líquida	29.829			115.530	
(-) Custo das vendas de produtos e serviços prestados	(21.854)	-73,3%		(83.015)	-71,9%
(=) Margem líquida	7.975	26,7%		32.515	28,1%
(-) Despesas operacionais					
Administrativas					
Comerciais					
Outras receitas operacionais (líquidas)					
(=) Resultado operacional					
(-) Despesas financeiras	(3.217)	-10,8%		(19.903)	-17,2%
(+) Receitas financeiras	(5.572)	-18,7%		(39.988)	-34,6%
(=) Despesas financeiras, líquidas	137	0,5%		581	0,5%
(=) Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(676)	-2,3%		(26.795)	-23,2%
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro					
corrente					
diferido					
(=) Lucro (prejuízo) líquido do período	(1.211)	-4,1%		(7.310)	-6,3%
				(43.590)	-37,7%

Amparo (SP), 30 de Abril de 2019

Antoine Marchin Mar
Dipòtia

André Marchini Marques

Anderson A. Biam

CRC - I.S.P. 216730/0-8

CASP S.A - Indústria e Comércio

CNPI61 106043/0001-40

Balanço Patrimonial em 31 de Maio de 2019

	Ativo	31.05.2019	31.12.18	Passivo	31.05.2019	31.12.18
Disponibilidades		710	484	Fornecedores do país e exterior	17.452	13.917
Estoques		14.806	18.234	Salários e encargos sociais	16.145	14.748
Clientes do país e exterior		12.231	7.562	Adiantamentos de clientes	43.765	43.244
Adiantamentos e outros ativos		3.960	624	Outras obrigações	433	523
Tributos a recuperar		28.156	29.111	Tributos a recolher	528	303
				Tributos parcelados	312	455
CIRCULANTE		59.863	56.015	Empréstimos e financiamentos	27.660	30.670
Tributos diferidos		-	-	CIRCULANTE	106.295	103.860
Tributos a recuperar LP		124	124	Tributos parcelados LP	4.276	4.335
Outros créditos		340	2.410	Provisões p/ demandas judiciais	21.966	21.966
Depósitos judiciais		128	377	Empréstimos e financiamentos LP	1.279	1.220
		592	2.911	Tributos diferidos LP	13.874	13.874
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE	41.395	41.395
Capital social				Capital social	11.608	11.608
Reserva de incentivo fiscal				Reserva de incentivo fiscal	10.332	10.332
Reserva de Reavaliação				Reserva de Reavaliação	27.572	27.571
Prejuízos acumulados				Prejuízos acumulados	(81.240)	(81.240)
Lucro (prejuízo) do exercício				Lucro (prejuízo) do exercício	(1.801)	(1.801)
PATRIMÔNIO LIQUIDO		53.706	54.600	PATRIMÔNIO LIQUIDO	(33.529)	(31.729)
ATIVO	114.161	113.526		PASSIVO	114.161	113.526

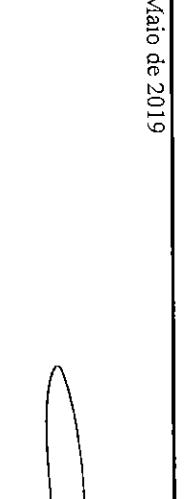
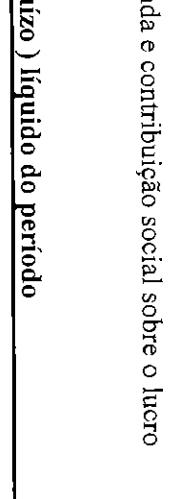
Amparo (SP), 31 de Maio de 2019

Anelise Marchini Marques
Diretora

Předota

CRC - 1. SP 216730/0-8

CRC - 1. SP 216730/0-8

Demonstração de Resultados		2019	%	2018	%
Receita bruta das vendas de produtos e serviços prestados		44.920		136.720	
(-) Devoluções, impostos e contribuições sobre vendas	(7.319)	-19,5%		(21.190)	-18,3%
(=) Receita líquida	37.601			115.530	
(-) Custo das vendas de produtos e serviços prestados	(27.251)	-72,5%		(83.015)	-71,9%
(=) Margem líquida	10.349	27,5%		32.515	28,1%
(-) Despesas operacionais					
Administrativas	(3.716)	-9,9%		(19.903)	-17,2%
Comerciais	(7.658)	-20,4%		(39.988)	-34,6%
Outras receitas operacionais (líquidas)	111	0,3%		581	0,5%
(=) Resultado operacional	(914)	-2,4%		(26.795)	-23,2%
(-) Despesas financeiras	(2.173)	-5,8%		(17.733)	-15,3%
(+) Receitas financeiras	1.286	3,4%		8.248	7,1%
(=) Despesas financeiras, líquidas	(887)	-2,4%		(9.485)	-8,2%
(=) Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(1.801)	-4,8%		(36.280)	-31,4%
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-		-	-
corrente	-	-		(7.310)	-6,3%
diferido	-	-		(43.590)	-37,7%
(=) Lucro (prejuízo) líquido do período	(1.801)	-4,8%			
Amparo (SP), 31 de Maio de 2019					
	Andreise Marchini Marques				
Diretora					
	Anderson A. Bittar				
	CRC - 1-SP 21673/0-8				

CASP S.A - Indústria e Comércio

CVRIC 106013/0001 10

Balanço Patrimonial em 30 de Junho de 2019

	Ativo	30.06.2019	31.12.18	RS ('000)
Disponibilidades		57	484	
Estoques		14.606	18.234	
Clientes do país e exterior		11.455	7.562	
Adiantamentos e outros ativos		3.536	624	
Tributos a recuperar		27.530	29.111	
 CIRCULANTE		57.184	56.015	
 Tributos diferidos		-	-	
Tributos a recuperar LP		124	124	
Outros créditos		364	2.410	
Depósitos judiciais		128	377	
 NÃO CIRCULANTE		616	2.911	
 Imobilizado		51.581	52.555	
Intangível		1.975	2.045	
 PERMANENTE		53.556	54.600	
 ATIVO	111.356		113.526	

Passivo	30.06.2019	31.12.18
Fornecedores do país e exterior	17.226	13.917
Salários e encargos sociais	16.681	14.748
Adiantamentos de clientes	40.083	43.244
Outras obrigações	398	523
Tributos a recolher	542	303
Tributos parcelados	273	455
Empréstimos e financiamentos	27.628	30.670
CIRCULANTE	102.831	103.860
Tributos parcelados LP	4.335	4.335
Provisões p/ demandas judiciais	21.966	21.966
Empréstimos e financiamentos LP	1.220	1.220
Tributos diferidos LP	13.874	13.874
NÃO CIRCULANTE	41.395	41.395
Capital social	11.608	11.608
Reserva de incentivo fiscal	10.332	10.332
Reserva de Reavaliação	27.571	27.571
Prejuízos acumulados	(81.240)	(81.240)
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.141)	(1.141)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(32.870)	(31.729)
PASSIVO	111.356	113.526

Amparo (SP), 30 de Junho de 2019

Diretora

Anelise Marthini Marques

CRC - 1.SP 216730/0-8

Anderson A. Bian

CASP S.A - Indústria e Comércio

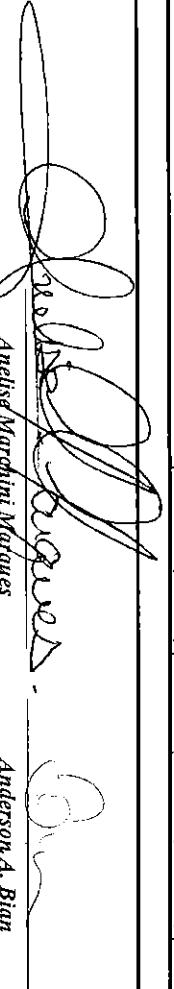
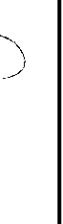
CNPJ. 61.106.043/0001-41

Demonstração de Resultados

Em milhares de reais

	2019	%	2018	%
Receita bruta das vendas de produtos e serviços prestados	55.551		136.720	
(-) Devoluções, impostos e contribuições sobre vendas	(8.877)	-19,0%	(21.190)	-18,3%
(=) Receita líquida	46.674		115.530	
(-) Custo das vendas de produtos e serviços prestados	(33.528)	-71,8%	(83.015)	-71,9%
(=) Margem líquida	13.146	28,2%	32.515	28,1%
(-) Despesas operacionais				
Administrativas				
Comerciais				
Outras receitas operacionais (líquidas)				
(=) Resultado operacional				
(-) Despesas financeiras	(4.388)	-9,4%	(19.903)	-17,2%
(+) Receitas financeiras	(9.167)	-19,6%	(39.988)	-34,6%
(=) Despesas financeiras, líquidas	506	1,1%	581	0,5%
(=) Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	96	0,2%	(26.795)	-23,2%
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
(=) Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda				
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
(=) Lucro (prejuízo) líquido do período	(1.141)	-2,4%	(43.590)	-37,7%

Amparo (SP), 30 de junho de 2019

	
Anelita Marchini Marques Diretora	Anderson A. Bian CRC - 1.ESP 21675010-8



CASP S.A. – Indústria e Comércio

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações do resultado	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
13º andar, Cj 1308 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Administradores e Acionistas da
CASP S.A. – Indústria e Comércio
 Amparo – SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da CASP S.A. – Indústria e Comércio (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CASP S.A. – Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Recuperação Judicial

Fomos informados, conforme Nota Explicativa nº 1, que em 01 de fevereiro de 2019, a Empresa CASP S.A – Indústria e Comércio, apresentou junto à Justiça do Estado de São Paulo o pedido de Recuperação Judicial. O pedido de Recuperação Judicial foi deferido em 19 de fevereiro de 2019. Até a emissão deste relatório, o plano de Recuperação Judicial ainda não havia sido apresentado à Assembleia de Credores. Essa condição indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Não reapresentação dos saldos de ativo imobilizado do custo atribuído

Em 01 de janeiro de 2017, conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 10 e 19, a Companhia revisou e adotou novas vidas úteis dos bens integrantes do ativo imobilizado, além de registrar o custo atribuído (*deemed cost*), e não apurou os impactos caso o ajuste tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2016, como requerido pelo ICPC 10, aprovado pela Resolução CFC nº 1.263/09, dessa forma, a comparabilidade com as contas patrimoniais de 31 de dezembro de 2017 não apresenta a devida comparabilidade. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia optou pela contabilização do Imposto de Renda e Contribuição social diferidos advindos da adoção do custo atribuído. Este assunto havia sido ressalvado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, fato este não ressalvado para 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1, a qual menciona que a CASP encontra-se em fase de aprovação do plano de Recuperação Judicial e vem direcionando esforços para a retomada de sua saúde financeira. Somado a isso, apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 45.656 mil (R\$ 28.545 mil em 31 de dezembro de 2017) e consecutivos prejuízos o que acarretaram patrimônio líquido a descoberto de R\$ 32.372 mil em 31 de dezembro de 2018. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade da Administração executar os planos da Recuperação Judicial. Essas questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

As demonstrações contábeis da CASP S.A. – Indústria e Comércio de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós e o relatório datado de 11 de maio de 2018, apresentou ressalva sobre o não reconhecimento de impostos diferidos do ativo imobilizado, reconhecimento esse efetuado nesse exercício.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 22 de julho de 2019



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CASP S.A. - Indústria e Comércio

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	2018	2017
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	484	1.132
Estoques	6	18.234	23.722
Contas a receber	7	7.562	2.832
Impostos a recuperar	8	29.111	31.279
Adiantamentos e outros ativos	9	624	187
Total do ativo circulante		56.015	59.152
Ativo não circulante			
Realizável em longo prazo:			
Tributos diferidos	-	-	7.310
Impostos a recuperar	8	124	124
Outros créditos	9	2.410	4.287
Depósitos judiciais	17	377	54
		2.911	11.775
Imobilizado	10	52.555	54.189
Intangível	11	2.045	2.441
Total do ativo não circulante		54.600	56.630
Total do ativo		113.526	127.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASP S.A. - Indústria e Comércio

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2018	2017
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	30.670	35.944
Fornecedores	13	13.917	23.819
Obrigações trabalhistas	14	14.748	9.659
Obrigações tributárias	15	758	260
Adiantamento de clientes	16	43.244	18.015
Outros passivos		523	-
Total do passivo circulante		103.860	87.697
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	1.220	2.750
Obrigações tributárias	15	4.335	4.099
Provisões para demandas judiciais	17	21.966	6.821
Tributos diferidos passivos	18	13.874	-
Total do passivo não circulante		41.395	13.670
Patrimônio líquido			
Capital social		11.608	11.608
Reserva de incentivo fiscal		10.332	10.332
Reserva avaliação patrimonial		27.571	42.784
Prejuízos acumulados		(81.240)	(38.534)
Total do patrimônio líquido	19	(31.729)	26.190
Total do passivo e patrimônio líquido		113.526	127.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASP S.A. - Indústria e Comércio

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	20	115.529	144.198
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(83.015)	(107.048)
Lucro bruto		<u>32.514</u>	<u>37.150</u>
Despesas gerais e administrativas	21	(59.891)	(54.695)
Outras receitas (despesas) operacionais		582	4.893
Resultado antes da despesas (receitas) financeiras líquidas e impostos		<u>(26.795)</u>	<u>(12.652)</u>
Receitas financeiras	22	8.248	4.545
Despesas financeiras	22	(17.733)	(13.967)
Despesas (receitas) financeiras líquidas		<u>(9.485)</u>	<u>(9.422)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(36.280)</u>	<u>(22.074)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-
Impostos de renda e contribuição social diferido	23	(7.310)	3.869
Resultado do exercício		<u>(43.590)</u>	<u>(18.205)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASP S.A. - Indústria e Comércio

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Resultado do exercício	(43.590)	(18.205)
Outros resultados abrangentes	(884)	42.784
Resultado abrangente total	<hr/> <hr/> (44.474)	<hr/> <hr/> 24.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASP S.A. - Indústria e Comércio

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de incentivos fiscais</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	11.608	10.332	-	(20.329)	1.611
Resultado do exercício	-	-	-	(18.205)	(18.205)
Reserva de avaliação patrimonial	-	-	42.784	-	42.784
Saldos em 31 de dezembro de 2017	11.608	10.332	42.784	(38.534)	26.190
Resultado do exercício	-	-	-	(43.590)	(43.590)
Constituição impostos diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(14.329)	-	(14.329)
Realização do custo atribuído	-	-	(884)	884	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.608	10.332	27.571	(81.240)	(31.729)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASP S.A. - Indústria e Comércio

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(43.590)	(18.205)
Ajustado por		
Depreciação e amortização	2.231	2.184
Perda (ganho) na venda do imobilizado	-	229
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.310	(3.869)
Constituição líquida de provisão para demandas judiciais	15.145	518
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e baixa de contas a receber	5.595	4.698
Juros do parcelamento da Lei nº 11.941/09	885	1.160
Provisão para perdas de estoques	275	464
Provisão para perdas de imóveis	-	2.911
Outras provisões	3.042	(1.187)
	(9.107)	(11.097)
Variação dos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(10.325)	23.124
Estoque	5.213	(1.598)
Impostos a recuperar	2.168	(5.100)
Outros créditos	1.440	2.062
depósitos judiciais	(323)	70
Fornecedores e outras obrigações	(9.902)	(4.236)
Adiantamentos de clientes	25.229	6.139
Obrigações trabalhistas	10.149	5.090
Impostos e contribuições a recolher	(4.562)	(7.693)
Pagamentos de tributos parcelados	325	(1.943)
Pagamentos de demandas judiciais	-	-
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	10.305	4.818
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e do intangível	(310)	(684)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(310)	(684)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(6.804)	(23.201)
Pagamento de juros empréstimos	(3.839)	(4.377)
Adições de empréstimos	-	23.705
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(10.643)	(3.873)
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(648)	261
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.132	871
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	484	1.132
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(648)	261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A CASP S.A. Indústria e Comércio (“Companhia” ou “CASP”), foi fundada em 1936, na cidade de Amparo – SP, e se consolidou como um dos principais fornecedores de equipamentos para o mercado de proteína animal (avícola e suíños) e de armazenagem de grãos, alcançando em seus mais de 80 anos de história reconhecimento pela qualidade, eficiência e avanço tecnológico de seus produtos.

Em 2017, a crise econômica nacional juntamente com as mudanças nas condições de financiamento do BNDES, prejudicaram as condições do mercado de modo geral e sobremaneira do mercado em que a CASP está inserida. Nesse cenário, foi inevitável a redução de faturamento, que por sua vez afetou diretamente a geração de caixa e o resultado operacional da Companhia.

Em 2018, a CASP iniciou diversas medidas, com o objetivo de se adequar ao cenário econômico atual, para aperfeiçoar sua gestão operacional e equacionar as suas obrigações, sendo alguma delas:

- a)** Adequação da estrutura da Companhia;
- b)** Redução de custos e otimização de processos;
- c)** Equacionamento do fluxo de recebimento dos seus ativos e pagamento dos passivos.

Os resultados dos ajustes estruturais começaram a ser observados em 2017, e a captura integral era esperada a partir de 2018, devido aos custos incorridos no processo de readequação.

A Companhia, baseada em projeções futuras atreladas às premissas acima mencionadas, entendia que suas operações gerariam resultados suficientes para cumprir todas as suas obrigações. No entanto, este cenário não se concretizou.

Em 19 de fevereiro de 2019 a Companhia teve seu pedido de Recuperação Judicial deferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, visando firmar acordo junto os seus credores para o pagamento das dívidas existentes e a consequente busca pela continuidade das operações. Até a emissão deste relatório não havia sido realizada assembleia geral de credores para aprovação do processo de recuperação judicial, não sendo possível prever os impactos futuros desta aprovação.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Diretores da Companhia, em 22 de julho de 2019.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas do exercício. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem várias estimativas, tais como, mas não se limitando, a realização dos créditos tributários diferidos e provisões para riscos fiscais, previdenciários.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Empresa estar exposta a perdas que podem ser materiais.

3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Principais práticas contábeis adotadas

a. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte

b. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e na Lei nº 6.404/76 são reconhecidos como passivo.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

É apresentado ao método de reavaliação a valor justo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se for o caso.

O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Os *softwares* comprados que sejam parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos em “Outros ganhos (perdas), líquidas”, no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Avaliação patrimonial

A Companhia optou por efetuar a avaliação a valor justo de seus ativos no exercício de 2017, conforme permitido na Interpretação Técnica ICPC 10, aprovado pela Resolução CFC nº 1.263/09, contratando a empresa Ferrari Consultoria Empresarial e Gestão de Ativos que emitiu o laudo técnico nº 227/2017 mensurando o valor justo de mercado do imobilizado.

Grupos de ativos reavaliados	Valores reavaliados
Terrenos	19.632
Edifícios	18.660
Computadores	31
Máquinas e equipamentos	4.289
Móveis	17
Veículos	155
Total	42.784

A Companhia optou pelo reconhecimento dos impactos dos impostos diferidos oriundos desta avaliação patrimonial no exercício de 2018.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Descrição	Anos
Edificações e benfeitorias	40 até 50 anos
Máquinas e equipamentos	5 até 30 anos
Veículos	5 até 10 anos
Ferramentas, móveis e utensílios	8 até 20 anos
Equipamentos de informática	5 até 7 anos

Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. A Companhia não possui intangíveis com vida útil indefinida.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorrido.

Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

e. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g. Receitas

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

h. Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Descontos concedidos;
- Variações cambiais ativas e passivas;
- Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e fornecedores;
- Atualizações monetárias dos tributos parcelados.

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

l. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes e impostos não recuperáveis ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matéria prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal).

m. Determinação do Ajuste a Valor Presente (AVP)

A Companhia entende que as contas a receber de clientes e contas a pagar não sofrem impactos significativos de ajuste a valor presente devido à rápida realização de recebimento e pagamento.

3.1. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia na adoção do CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos financeiros e o CPC 47/IFRS 15 – receita de contratos com clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, não identificou impactos materiais que possam impactar de forma relevante as suas demonstrações contábeis a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Uma avaliação mais detalhada das alterações de prática decorrente destas normas está resumida a seguir:

IFRS 15/CPC 47 – Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15/CPC 47 substitui as normas anteriores para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30/IAS 18 – receitas, CPC 17/ IAS 11 – Contratos de construção e a CPC 30/IFRIC 13 – Programas de fidelidade com o cliente.

Na adoção, a Companhia não identificou impactos significativos em relação ao reconhecimento da receita dos serviços prestados e produtos vendidos.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação. A partir de 1º. de janeiro de 2018, a classificação pode ser da seguinte forma:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Valor justo por meio do resultado.

Nesse sentido, a Companhia classificou seus ativos financeiros como “custo amortizado” (demais ativos financeiros).

As receitas com juros provenientes dos ativos financeiros classificados como custo amortizado são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017.

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros sob as categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos. A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do IFRS 9/CPC48. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os passivos financeiros foram classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, sendo mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não aplicáveis para adoção

IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamentos

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas demonstrações contábeis são imateriais e, portanto, não divulgados em Nota Explicativa.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21/IFRIC 22 – transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 – incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019;

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21 / IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia:** o valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo;

- **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Disponibilidades	95	83
Aplicações financeiras (a)	369	923
Caixa fundo fixo	20	126
	484	1.132

- (a) As aplicações financeiras estão representadas por quotas de fundos DI (Depósito Interbancário) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data do balanço, sem perda de valor. Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remunerados a 93% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Estão demonstradas pelo custo de aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, substancialmente representativo do seu valor justo.

6. Estoques

	2018	2017
Matérias primas	3.089	5.432
Materiais Secundários	6.842	7.383
Produtos em processo	951	595
Produtos Acabados	6.547	7.829
Importações em andamento e adiantamentos a fornecedores	1.209	3.677
Perdas estimadas em estoques	(404)	(1.194)
	18.234	23.722

7. Clientes do país e exterior

	2018	2017
Clientes no país:	13.527	1.572
Clientes no exterior	6.967	8.402
Perda estimada ajuste a valor presente	(195)	-
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD (i)	(12.737)	(7.142)
	7.562	2.832

Movimentação da PECLD	Saldos em 31/12/2016	Reversão/ (Adição)	Saldos em 31/12/2017	Reversão (Adição)	Saldos em 31/12/2018
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa – PECLD	(2.444)	(4.698)	(7.142)	(5.595)	(12.737)
	(2.444)	(4.698)	(7.142)	(5.595)	(12.737)

8. Impostos a recuperar

	2018	2017
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	4.302	2.781
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	23.298	23.892
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	110	110
PIS - Programa de Integração Social e Cofins - Contribuição para financiamento da Seguridade Social	3.347	4.388
IRPJ - Imposto de Renda	366	162
CSLL - Contribuição sobre o Lucro Líquido	142	67
Outros	3	3
Provisões p/ perdas Cred. Impostos	(2.333)	-
	29.235	31.403
 Circulante	 29.111	 31.279
 Não circulante	 124	 124

(i) Representados por créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS inclusos nas aquisições de matérias-primas e insumos, os quais estão em processos de homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SFESP, com vistas à transformação em créditos acumulados. A Companhia goza de incentivos fiscais, principalmente da redução da carga tributária do ICMS nas vendas de seus produtos, relacionados nos anexos I e/ou II do Convênio ICMS nº 52/91(Conv. nº 27/15) – consequentemente, os débitos de ICMS gerados de suas operações de saídas têm sido inferiores aos créditos mantidos pelas aquisições de insumos. A Companhia vem realizando tais créditos consistentemente, sem nenhum deságio na forma de transferência a fornecedores estabelecidos no Estado de São Paulo e/ou nas compensações com o mesmo imposto devido nas importações de insumos, quando desembaraçadas no Estado de São Paulo.

A segregação entre circulante e não circulante desses tributos levou em consideração as perspectivas da administração quanto à sua realização, com base em suas projeções de resultado, notadamente, a geração de receitas, e a projeção da administração quanto aos futuros créditos tomados de ICMS, IPI, PIS e Cofins.

9. Outros créditos

	2018	2017
 Créditos diversos com fornecedores	 40	 -
Adiantamento para viagens	263	138
Adiantamentos a funcionários	77	49
A.Maggi Contratos de Performance (i)	2.189	3.930
Outros	465	357
Total	3.034	4.474
 Circulante	 624	 187
 Não circulante	 2.410	 4.287

(i) Para conseguir cumprir com os prazos de dívidas em moeda estrangeira (USD), e devido a queda no volume de exportações da Companhia, foi necessário efetuar a compra de performance de cambais no mercado.

10. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e ferramentas	Veículos	Estampas e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017									
Custo total	21.173	27.819	17.553	383	11.028	965	1.836	871	81.628
Depreciação acumulada	-	(5.929)	(8.639)	(227)	(9.558)	(819)	(1.687)	(580)	(27.439)
Saldos em 1º de janeiro de 2018	21.173	21.890	8.914	156	1.470	146	149	291	54.189
Aquisições		30		26		5		244	305
Baixas		(7)	(16)			(2)			(25)
Depreciação	-	(531)	(1.002)	(94)	(176)	(37)	(42)	(32)	(1.914)
Saldos em 31 de dezembro de 2018									
2018	21.173	21.352	7.926	62	1.320	112	107	503	52.555
Custo total	21.173	27.812	17.567	383	11.054	968	1.836	1.115	81.908
Depreciação acumulada	-	(6.460)	(9.641)	(321)	(9.734)	(856)	(1.729)	(612)	(29.353)
Valor residual	21.173	21.352	7.926	62	1.320	112	107	503	52.555
	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e ferramentas	Veículos	Estampas e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016									
Custo total	1.541	9.130	14.019	228	10.778	1.025	1.821	870	39.412
Depreciação acumulada	-	(5.664)	(8.255)	(224)	(8.941)	(853)	(1.596)	(513)	(26.046)
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.541	3.466	5.764	4	1.837	172	225	357	13.366
Aquisições		171	85		250		7		513
Avaliação Patrimonial (a)	19.632	18.661	4.288	155		17	31		42.784
Baixas		(113)	(7)					(10)	(130)
Depreciação		(295)	(579)	(3)	(617)	(37)	(103)	(67)	(1.701)
Impairment Test		(637)				(6)			(643)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	21.173	21.890	8.914	156	1.470	146	150	290	54.189
Custo total	21.173	27.819	17.553	383	11.028	965	1.836	871	81.628
Depreciação acumulada	-	(5.929)	(8.639)	(227)	(9.558)	(819)	(1.687)	(580)	(27.439)
Valor residual	21.173	21.890	8.914	156	1.470	146	150	290	54.189

(a) A Companhia optou por efetuar a avaliação patrimonial a valor justo de seus ativos no exercício de 2017, conforme permitido mediante Interpretação Técnica ICPC 10, aprovado pela Resolução CFC nº 1.263/09, contratando a empresa Ferrari Consultoria Empresarial e Gestão de Ativos que emitiu o laudo técnico nº 227/2017 mensurando o valor justo de mercado do imobilizado.

11. Intangível

Custo total	7.606
Amortização acumulada	(5.165)
Saldos em 1º de janeiro de 2018	2.441
Aquisição	5
Baixas	(84)
Amortização	(317)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.045
Custo total	7.527
Amortização acumulada	(5.482)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.045
Custo total	7.513
Amortização acumulada	(4.768)
Saldos em 1º de janeiro de 2017	2.745
Aquisição	93
Amortização	(397)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.441
Custo total	7.606
Amortização acumulada	(5.165)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.441

12. Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros incidentes	2018	2017
Moeda nacional:			
Contas garantidas	53,76 a.a.	-	2.009
Capital de giro	20,04% a.a.(média)	11.397	10.970
Finame	6,67% a.a. (média)	473	696
Outros	4,0 a 5,8% acima Libor e 6,5% fixo	-	-
Moeda estrangeira:			
ACC - Adiantamento sobre Contrato de câmbio	6,78% a.a. (média)	20.020	25.019
Leasing	17,74% a.a.	-	-
Total	31.890	38.694	
Passivo circulante		30.670	35.944
Passivo não circulante		1.220	2.750

O montante classificado no passivo não circulante terá o seguinte cronograma de pagamentos:

	2018	2017
2020	580	1.737
2021	506	903
2022	102	66
2023	32	44
	1.220	2.750

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pelos próprios bens financiados ou por aval dos diretores da Companhia. Não há cláusulas restritivas, para cumprimento de obrigações contratuais.

13. Fornecedores e outras obrigações

	2018	2017
Fornecedores nacionais	12.103	20.543
Fornecedores estrangeiros	713	948
Comissões a pagar e outros	1.101	2.328
Total	13.917	23.819

14. Obrigações trabalhistas

	2018	2017
Rescisões contratuais	2.451	2.079
INSS a recolher	10.407	4.741
FGTS a recolher	148	319
Provisão de férias e encargos	1.742	2.520
Total	14.748	9.659

15. Impostos a recolher

	2018	2017
Tributos parcelados	4.790	4.099
IRRF	99	195
Outros	204	65
Total	5.093	4.359
Circulante	758	260
Não circulante	4.335	4.099

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09, visando aos benefícios de redução de multas e juros, além do parcelamento de longo prazo de tributos federais e contribuições previdenciárias. Como consequência a essa adesão, a Companhia ficou obrigada ao pagamento das parcelas, sem atraso superior a três meses, o que vem cumprindo normalmente. Na formalização junto à RFB, a Companhia apresentou as desistências das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

Em 2015, a Companhia, em face de decisão da RFB, que inadmitiu o Recurso Especial interposto em processo administrativo de 2002 no qual se pleiteava a compensação de créditos de IPI, pagos nas aquisições de insumos aplicados na industrialização de produtos tributados à alíquota zero com débitos de PIS (competência de 09/2002) e de Cofins (competências de 04/2000 e de 09/2002) optou pelo reconhecimento dos referidos débitos e ingressou em agosto de 2015 com o pedido de parcelamento nos moldes da Lei nº 10.522/02 para pagamento em 60 meses, o qual foi homologado, em curso normal e adimplente em 31/12/2015. Ainda em 2015, a Companhia ingressou com pedidos de parcelamentos simplificados de débitos previdenciários, relativos às competências de 12/2013, 01/2014 e de 04 a 06/2015, os quais foram homologados pela RFB, estando em curso normal e adimplentes. Em 2016, a Companhia ingressou com pedidos de parcelamentos simplificados de débitos previdenciários, relativos à competência de 03/2016, o qual foi homologado pela RFB, estando em curso normal e adimplentes. Ainda em 2016, a Companhia ingressou com pedido de parcelamento ordinário de débitos previdenciários, relativos às competências de 08 e 09/2016, os quais foram homologados pela RFB, estando em curso normal e adimplentes. Em 2017 a Companhia evolui com os pagamentos e aderiu ao PERT.

16. Adiantamentos de clientes

	2018	2017
Adiantamentos de clientes estrangeiros	9.713	1.305
Adiantamentos de clientes nacionais	33.531	16.710
	43.244	18.015

17. Provisões para demandas judiciais

A Companhia está envolvida em ações judiciais e administrativas sobre questões trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Natureza	2018		
	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Total líquido
Cíveis	8.502	-	8.502
Trabalhistas e previdenciárias	13.464	377	13.087
	21.966	377	21.589

Natureza	2017		
	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Total líquido
Cíveis	668	-	668
Trabalhistas e previdenciárias	6.153	54	6.099
	6.821	54	6.767

Movimentação – Provisão para contingências	Saldos em		
	31/12/2016	Adição	Reversão
Provisão para contingências	6.303	600	(82)
	6.303	600	(82)
	6.821	6.821	6.821

Movimentação – Provisão para contingências	Saldos em		
	31/12/2017	Adição	Reversão
Provisão para contingências	6.821	18.712	(3.567)
	5.821	18.712	(3.567)
	21.966	21.966	21.966

Movimentação – Depósitos judiciais	Saldos em		
	31/12/2016	Adição	Reversão
Depósitos judiciais	124	145	(215)
	124	145	(215)
	54	54	54

Movimentação – Depósitos judiciais	Saldos em		
	31/12/2017	Adição	Reversão
Depósitos judiciais	54	2.864	(2.541)
	54	2.864	(2.541)
	377	377	377

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

A natureza das contingências trabalhistas e previdenciárias consiste, principalmente, em reclamações de equiparação trabalhista ajuizadas por ex-funcionários e terceiros. No ano, houve um aumento significativo das reclamações avaliadas pelos advogados como perda provável devido a mudança da probabilidade de perda dos processos já existentes no ano anterior.

Aos valores anteriormente mencionados, em 31 de dezembro de 2018, foram computados R\$ 18.712 decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade de perda caracterizada como provável, razão pela qual a Administração registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a empresa a é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da empresa, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 3.283 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.053 em 31 de dezembro de 2017).

18. Tributos diferidos passivo

	2018	2017
IR Diferido	10.201	-
CSLL diferida	3.673	-
	13.874	-

A Companhia optou em apurar os impostos diferidos oriundos da avaliação patrimonial realizada em 2017, no exercício de 2018, sendo este assunto mencionado no relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2017.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 197 ações no valor nominal de R\$ 58.921,93 (cinquenta e oito mil novecentos e vinte e um reais e noventa e três centavos) por ação, totalizando R\$ 11.608. Todas as ações emitidas estão integralizadas e têm os mesmos direitos de voto em assembleias e de recebimento de dividendos. O capital social está distribuído da seguinte forma:

	Nº Ações
Ivany Cleide Marchini Marques	42
Anelise Marchini Margues	96
Denis Marchini Marques	22
Mauricio Marchini Marques	22
Lourdes das Lagrimas de Azevedo Silveira	2
Maria Helena de Azevedo Nogueira	2
Balanin Vladimir	1
Outras pessoas jurídicas	10
	197

b) Distribuição de lucros

Os lucros apurados anualmente serão distribuídos nos termos do capítulo "vi" das disposições gerais parágrafo único do Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de Avaliação Patrimonial

A Companhia optou por efetuar a avaliação patrimonial a valor justo de seus ativos no exercício de 2017, conforme permitido na Interpretação Técnica ICPC 10, aprovado pela Resolução CFC nº 1.263/09, contratando a empresa Ferrari Consultoria Empresarial e Gestão de Ativos que emitiu o laudo técnico nº 227/2017 mensurando o valor justo de mercado do imobilizado. A Companhia optou em apurar os impostos diferidos oriundos desta avaliação em 2018, sendo este assunto mencionado no relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2017.

d) Remuneração da Administração

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração, foram remunerados em 2018 no montante de R\$ 1.167 (2017, R\$ 506) por seus serviços.

e) Reserva de incentivos fiscais

Reservas constituídas em anos anteriores vinculadas à incentivos fiscais oferecidos pelo Estado.

20. Receita líquida

	2018	2017
Receita bruta de vendas de produtos - Mercado Interno	125.263	153.052
Receita bruta de vendas de produtos - Mercado Externo	10.773	23.913
Receita de serviços prestados - Mercado Interno	878	1.724
Impostos incidentes sobre vendas, devoluções e descontos	(21.385)	(34.491)
	115.529	144.198

21. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Despesas com pessoal	(23.797)	(32.140)
Despesas com prestadores de serviços	(15.967)	(21.406)
Despesas com provisões	(15.581)	(4.456)
Impostos, taxas e contribuições	(10.139)	(2.100)
Despesas com depreciação e amortização	(2.306)	(2.176)
Despesas com viagens	(1.812)	(2.875)
Despesas com Aluguéis	(1.082)	(1.985)
Despesas com água, luz e telefone	(896)	(1.236)
Outras despesas	(316)	(539)
Despesas com seguro	(276)	(468)
(-) Custos transferidos	12.281	14.686
Despesas gerais e administrativas	(59.891)	(54.695)

22. Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Receitas financeiras		
Receitas de juros	194	100
Ganhos cambiais, líquidos	7.854	3.971
Outras receitas financeiras	200	474
Subtotal – Receitas financeiras	8.248	4.545
Despesas financeiras		
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(2.628)	(4249)
Encargos financeiros sobre tributos a recolher e parcelados	(885)	(928)
Encargos financeiros sobre fornecedores	(1.901)	(1.625)
Perdas cambiais, líquidas	(9.202)	(4.260)
Taxa Liberação de Finame	(651)	(290)
Outras despesas financeiras	(2.466)	(2.615)
Subtotal – Despesas financeiras	(17.733)	(13.967)
Resultado financeiro líquido	(9.485)	(9.422)

23. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Reconciliação das despesas de Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2018	2017
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(43.590)	(22.074)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	14.821	7.505
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Adição brindes e doações	(175)	(75)
Adição da parcela de realização da reserva de reavaliação	(1.228)	(39)
Outras	-	(40)
Não constituição IR diferido	(7.310)	(3.482)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.108	3.869

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2018	2017
Diferenças temporárias:		
Provisão para devedores duvidosos e ajustes a valor presente	-	2.428
Provisão para perdas nos estoques	-	406
Provisão para demandas judiciais	-	2.119
Diferença de depreciação - ajuste pela vida útil - CPC 27	-	(423)
Provisão faturamento não entregue	-	302
Outros	-	595
Não constituição IR Diferido	-	(3.482)
Base negativa	-	1.453
Prejuízo fiscal	-	3.912
Total dos impostos e contribuições sociais diferidos	-	7.310

A movimentação dos impostos e contribuições sociais diferidos está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Em 1º de janeiro	7.310	3.884
Adição de impostos e contribuições diferidas pela movimentação das diferenças temporárias e prejuízos fiscais no exercício	(7.310)	3.426
Em 31 de dezembro	-	7.310

24. Instrumentos financeiros

Apresentam-se abaixo os ativos e passivos financeiros da Empresa os quais são mensurados pelo custo amortizado:

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	484	1.132
Contas a receber de clientes (Nota 7)	7.562	2.832
Adiantamentos e outros créditos (Nota 9)	3.034	4.474
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	(20.020)	(25.019)
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 13)	(13.917)	(23.819)
Adiantamentos de clientes (Nota 16)	(43.244)	(18.015)
Outros Passivos	(523)	-
Exposição cambial líquida	(66.624)	(58.415)

Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado.

Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Gestão de riscos

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

Risco de crédito

As políticas de venda da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, que visam minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

A Companhia também está sujeita a riscos de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Risco de mercado

- (i) Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.
- (ii) Risco de taxas de câmbio: decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

Contas a receber

Representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes.

O saldo a receber de clientes é denominado em reais e sua Administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma.

A Companhia tem como política a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e em aplicações com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.

Praticamente todo o excesso de caixa é aplicado em certificado de depósito bancário e operações compromissadas emitidas por essas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos onde há risco de ativos desconhecidos.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, depósitos bancários e arrendamento mercantil financeiro.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações.

Não houve alterações quanto aos objetivos, às políticas ou aos processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

25. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados, pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

26. Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

27. Eventos subsequentes

Em 19 de fevereiro de 2019 a Companhia teve seu pedido de Recuperação Judicial deferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, visando firmar acordo junto os seus credores para o pagamento das dívidas existentes e a consequente busca pela continuidade das operações. Até a emissão deste relatório não havia sido realizada assembleia geral de credores para aprovação do processo de recuperação judicial, não sendo possível prever os impactos futuros desta aprovação.

* * *

Relatório Fotográfico

CASP S. A. INDUSTRIA E COMERCIO

CNPJ: 61.106.043/0001-40

setembro/2019

Introito: R4C Assessoria Empresarial Ltda., regularmente nomeada Administradora Judicial nos autos da Recuperação Judicial de **CASP S.A. Indústria e Comércio**, feito em trâmite na 2^a Vara Cível de Amparo, processo número 1000264-70.2019.8.26.0022, vem informar que procedeu a visita não agendada à sede da Recuperanda em 23 de setembro de 2019.

Breve Relatório: Nesta vistoria, bem como nas prévias, pôde-se constatar que a empresa sustenta – tanto em aspecto administrativo quanto fabril – o mesmo ritmo e organização esperados de uma empresa deste porte.

Anota, ainda como das outras vezes, presença abundante de insumos para alimentar a linha de produção, podendo verificar diversos caminhões carregados de materiais acabados e pronto para despacho.

A visita de fiscalização de funcionamento ocorreu ordinariamente, onde este signatário pode observar um bom número de colaboradores em plena atividade e, visualmente, pôde encontrar uma empresa com contundentes sinais de operação.



Foto 001: Fachada.



Foto 002: portaria e estacionamento.



Foto 003: Setor Administrativo em pleno funcionamento.



Foto 004: Galpão fabril produtivo.



Foto 005: Galpão produtivo em operação.



Foto 006: Galpão produtivo em operação (continuação).



Foto 007: Estoque e estocagem.



Foto 008: Estoque e estocagem (continuação).



Foto 009: Peças prontas.



Foto 010: Caminhões carregados para expedição.

Conclusão: Como se denota pelo tanto colacionado visualmente neste relatório, somado as prévias observações deste signatário quando de suas visitas não agendadas a sede da recuperanda, permanece a impressão já exarada de que a atividade operacional da Recuperanda permanece satisfatória